

CONFERÊNCIAS DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

V

ROSA FERNANDA M. SELVA

**FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (1980/1994)  
SEU ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL**

Texto da Conferência Proferida em 19 de Janeiro de 1994



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

PORTO—1994

# FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (1980/1994) SEU ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL

## INTRODUÇÃO

Se é certo que abundam elementos para a História da Universidade do Porto<sup>1</sup>, a verdade é que se trata de um campo bem pouco explorado, não apenas pela fragilidade e mesmo ausência de dados estatísticos publicados e disponíveis, mas também, segundo a nossa opinião, pelo desconhecimento da resposta fiel das Faculdades às realidades cada vez maiores e mais específicas impostas pelo exterior à escala regional e nacional.

Conscientes da complexidade do assunto e em resposta a solicitações da Presidência do Conselho Directivo e de vários docentes da FLUP, decidimos reunir, neste pequeno e modesto trabalho, o conteúdo de duas conferências que tivemos ocasião de apresentar:

«A distribuição espacial da actual população estudantil universitária em Portugal — O caso da Faculdade de Letras do Porto»<sup>2</sup> e «A formação profissional na FLUP a curto e a médio prazo»<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O Prof. Doutor Cândido dos Santos, digníssimo Vice-Reitor da Universidade do Porto, está a elaborar a «História da Universidade do Porto».

<sup>2</sup> Lição de abertura do ano lectivo de 1990/91, realizada em 14 de Outubro de 1990, FLUP, Porto.

<sup>3</sup> Conferência integrada nas «Acções de Extensão Cultural», iniciativa do Conselho Directivo da FLUP, em 19 de Janeiro de 1994.

No presente texto procurar-se-á, assim, fazer uma reflexão atenta sobre alguns dos aspectos da política educativa e, simultaneamente, uma leitura crítica de documentos de base estatística e sua representação cartográfica e gráfica alusivos a dois curtos espaços temporais: o primeiro abrange os anos de 1986/90; o segundo, com um objectivo de complementaridade, prolonga-se até Janeiro de 1994. Pretendemos, desta forma, reunir a documentação indispensável à formulação de um raciocínio coerente e analítico sobre o problema da Democratização do Ensino Superior e as consequentes questões possíveis de serem colocadas em relação à FLUP. Neste último domínio destacamos a gestão dos seus Planos de Estudo, incluindo o Ramo Educacional.

Estamos, por conseguinte, perante complexos e diversificados problemas que implicam medidas de políticas específicas e adequados instrumentos financeiros. Importa, contudo, estabelecer a priorização das acções e o respectivo faseamento, por forma a assegurar a coerência do sistema educativo, concretamente do Ensino Superior.

Nesta óptica, as reflexões que se seguem, tiveram como objectivo primeiro o propósito de alertar para as realidades do Ensino Superior Público, nomeadamente da Faculdade de Letras do Porto. Necessitámos, para tal, de realizar um trabalho moroso de pesquisa empreendido em diversos ficheiros, particularmente na Secretaria da FLUP, na Reitoria da Universidade do Porto, nos Centros de Área Educativa da DREN e no Núcleo de Acesso ao Ensino Superior — Ministério da Educação<sup>4</sup>, ao que se seguiu uma fase de tratamento estatístico e respectiva apreciação crítica de indicadores até ao momento desconhecidos.

É claro que existe um leque extraordinariamente variado de situações, mas, sem pretendermos abarcar a universalidade do assunto em análise, julgamos oportuno relembrar

---

<sup>4</sup> Agradecemos aos responsáveis dos órgãos administrativos da FLUP, da Assessoria da Reitoria da Universidade do Porto, ao Sr. Director Adjunto da DREN (Dr. José Queirós dos Santos), e aos responsáveis pelos 5 Centros de Área Educativa do Norte.

que o ensino numa Faculdade de Letras deverá ter como fim a criação e a transmissão da cultura e, logicamente, o desenvolvimento da investigação deverá ter sempre em atenção as necessidades da comunidade onde está inserida. Pensamos, pois, que o desenvolvimento não pode continuar a ser anárquico, destruidor da natureza e empobrecedor da vida cultural das populações. Ele deve ser planeado cultural, geográfica e economicamente, respeitando todas as dimensões e as faculdades do homem como indivíduo e como ser social.

Nesta visão parece-nos lógico e necessário tentar aclarar que os docentes e investigadores universitários serão solicitados, mais uma vez, a encontrar as respostas mais adequadas aos múltiplos desafios apontados para o fim desta década e início do século XXI.

Importa ainda referir que a organização deste texto em duas partes corresponde ao desenvolvimento contextual das conferências anteriormente referidas.

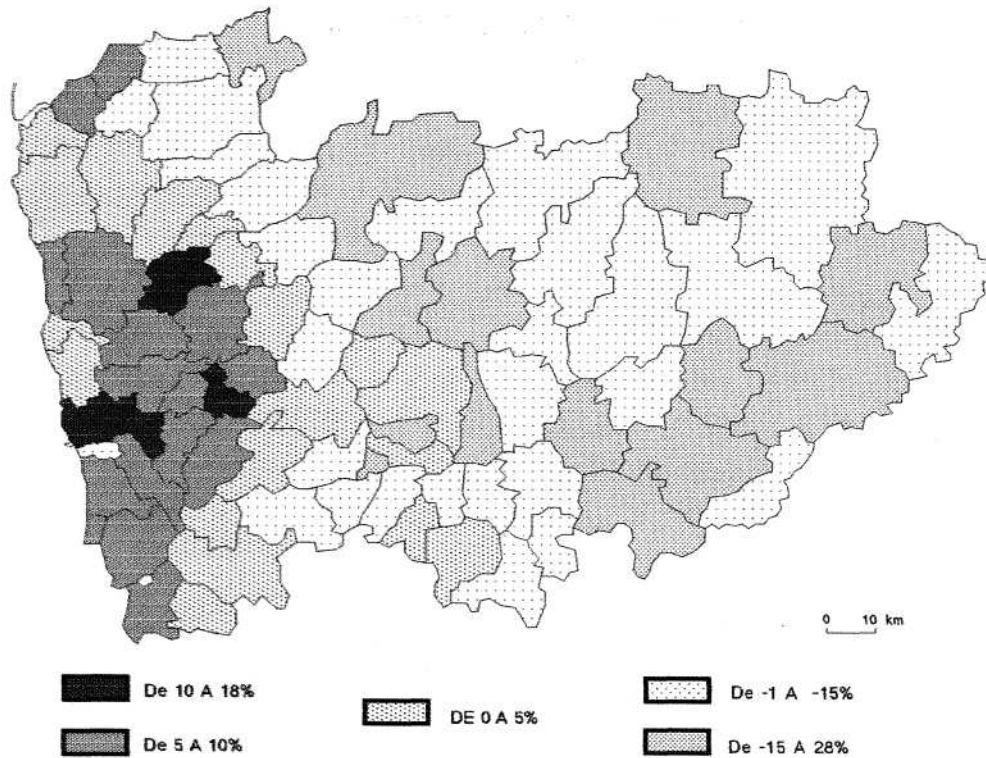
## **I.<sup>A</sup> PARTE**

### **DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ACTUAL POPULAÇÃO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA EM PORTUGAL — O CASO DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO**

#### **1 -Breve enquadramento do fenómeno à escala nacional e da Região Norte**

Esta temática exige, desde já, uma breve análise sobre o comportamento de algumas variáveis de âmbito demográfico. Na verdade, a população estudantil em causa faz parte de um todo que urge conhecer, quer no domínio da sua evolução na última década, quer no âmbito da sua repartição espacial. Em função dos objectivos inicialmente estabelecidos, este novo estudo limita-se fundamentalmente à Região Norte.

Assim, numa primeira abordagem e baseados na leitura das Figuras 1 e 2, facilmente se detecta um preocupante e diferenciado comportamento espacial das referidas variáveis. Desta forma, enquanto nos concelhos do interior se observou, entre 1981 e



Fonte: Recenseamento da População. INE, Lisboa, 1991 (Dados Pré-definidos)

Fig. 1 — Taxa de variação do crescimento efectivo (1981-1991)

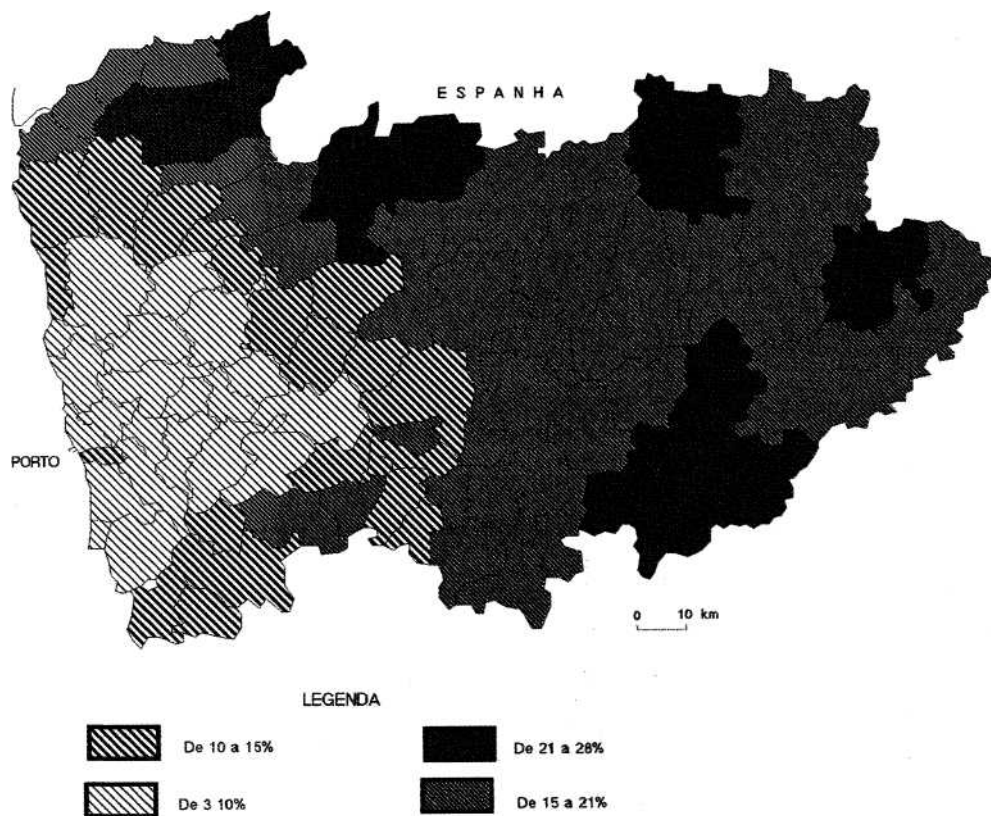
1991<sup>5</sup>, uma alarmante diminuição da taxa de variação do crescimento efectivo, nos concelhos do litoral, com excepção do Porto, o fenómeno manifestou-se com características bem opostas, pois aí registaram-se os acréscimos mais significativos. Por seu turno, os valores intermédios, ou seja de 5 a 10%, ocorrem predominantemente numa auréola envolvente à Área Metropolitana do Porto incluindo o Médio Ave e o eixo industrial Feira/Oliveira de

A7P1YIPiC

<sup>5</sup> Recenseamento da População, Lisboa, INE, Janeiro de 1994 8

Se passarmos à leitura da Fig. 2 fica, novamente, evidenciado um desigual comportamento espacial, ou seja assiste-se a um inquietante envelhecimento da população residente nos concelhos ditos do Interior.

Estes e outros indicadores comprovam que, durante a década de 80, se acentuaram as assimetrias entre interior e litoral. Neste aspecto, os indicadores demográficos em análise assumiram, na região em estudo, primordial e significativa importância.



Fonte: Recenseamento da População. INE, Lisboa, 1991 (Dados Provisórios)

Fig. 2 — População residente com 60 e mais anos (1991)

Parece-nos oportuno equacionar algumas questões, por exemplo: como explicar estas assimetrias espaciais e temporais do fenómeno demográfico? Nesta perspectiva, como é óbvio, não é possível ignorar os factores de ordem social, económica e também natural, inerentes às mutações da paisagem humanizada local. É lógico concluir que não só a expansão urbana e a implantação industriai aceleraram a mobilidade da população activa, mas também outros factores, entre os quais os de ordem cultural e política, se fizeram sentir.

## **2 — A população estudantil e os respectivos pólos universitários**

Perante este contexto, pareceu-nos de singular interesse tentar entender a amplitude do fenómeno relacionado com a mobilidade da população estudantil universitária no espaço de Portugal continental. Assim, após aturada investigação decidimos seleccionar, entre outros, dois indicadores. O primeiro diz respeito à mobilidade dessa população e o segundo à localização dos respectivos pólos de Ensino Universitário.

Porém, nesta temática, qualquer investigador interessado se depara com inúmeras dificuldades, entre as quais sobressaem a ausência de estatísticas publicadas e a especificidade do assunto, o que nos exigiu o recurso à prática de estratégias de pesquisa e de técnicas de investigação consideradas as mais adequadas. Assim, à consulta dos dados fornecidos pelo Ministério associámos a leitura dos ficheiros da Reitoria da Universidade do Porto e, principalmente, o trabalho moroso de consulta das fichas individuais dos 3810 alunos inscritos, em Setembro de 1990, na Faculdade de Letras do Porto. Mais concretamente, registámos 3749 matrículas no âmbito das licenciaturas e 61 alunos inscritos em Mestrado.

A diversidade dos resultados obtidos permitiu que, nesta brevíssima ftse de enquadramento, tentássemos apreender a amplitude e complexidade do fenómeno a várias escalas. Assim, à escala de Portugal continental assiste-se a uma notória concentração dos

principais pólos universitários na faixa litoral, mais concretamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Convém desde já sublinhar que, desde 1988/89, começou a assistir-se a uma ténue, mas real difusão espacial de alguns estabelecimentos de Ensino Superior. Esse fenómeno tem assumido, de ano para ano, características cada vez mais significativas e representativas no domínio espacial universitário.

Outro aspecto relevante reporta-se ao número de alunos inscritos, em 1988/89 e 1989/90, no Ensino Superior, quer público tutelado exclusivamente pelo Ministério da Educação, quer público não tutelado exclusivamente pelo M.E., quer no particular e cooperativo e na Universidade Católica Portuguesa (Quadro I).

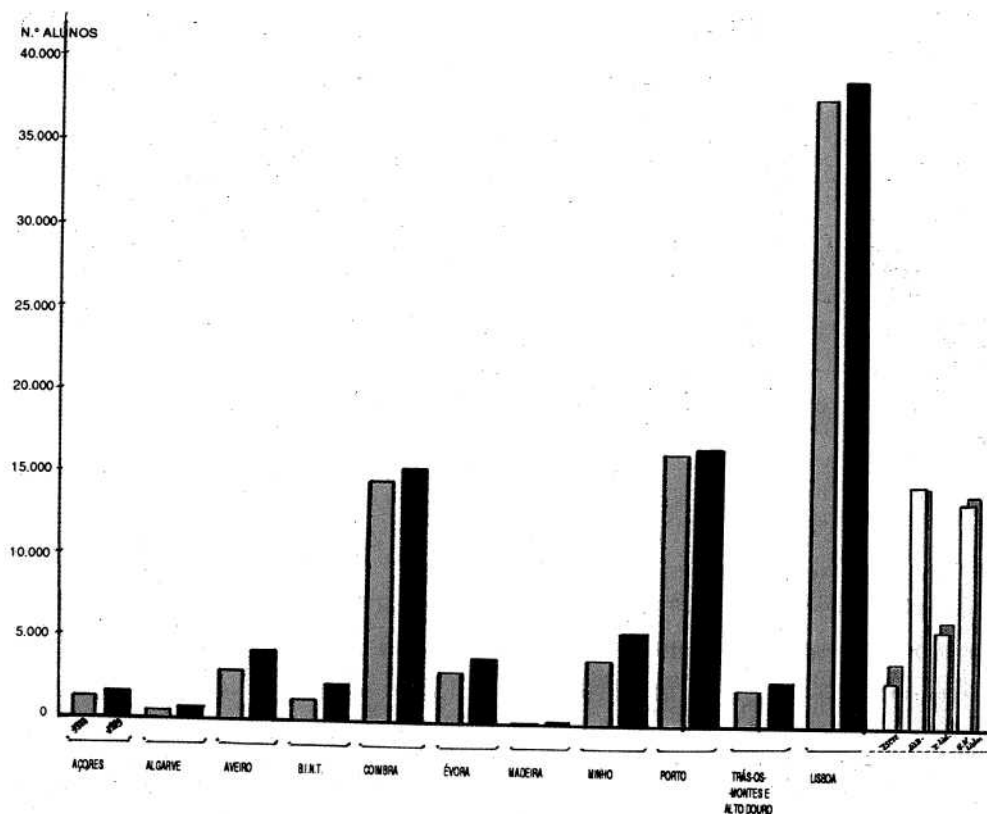
**Quadro I — Alunos inscritos no Ensino Superior Português**  
Cursos de Bacharelato e de Licenciatura  
Anos lectivos de 1988/89 e 1989/90

MODALIDADES	VALORES E TOTAIS	
	1988/89	1989/90
<b>ENSINO PÚBLICO TUTELADO EXCLUSIVAMENTE PELO M. E.</b>	<b>103 423</b>	<b>112 981</b>
1 - Universitário 2 - Politécnico 3 - Artes Plásticas e Design	83 644 18	<b>89 549 21</b>
	266 1513	<b>837 1 595</b>
<b>ENSINO SUP. PÚBLICO NÃO TUTELADO EXCLÚS PELO M. E.</b>	<b>5 406</b>	<b>6 000</b>
<b>ENSINO SUPERIOR PARTICULAR, COOPERATIVO E UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA</b>	<b>; 28468<sup>A</sup></b>	<b>35766</b>
1 - Universidades 2 - Outros Estabelecimentos	16577	<b>20 171 15</b>
	11891	<b>595</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>137 297</b>	<b>154 747</b>

Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Educação, Maio 1990.



Recorde-se que, em 1988/89, os dados oficiais divulgados registam 137 297 matrículas no Ensino Superior. Mas, desse total, cerca de 75% referem-se ao Ensino Superior Público tutelado exclusivamente pelo Ministério da Educação. Surpreendentemente, no ano lectivo seguinte o valor global ascendeu a 154 747 alunos. Deve salientar-se que o acréscimo de 17 450 alunos foi repartido mais precisamente do seguinte modo: 10 152 alunos no Ensino Superior Público e 7298 no Ensino Superior Particular, Cooperativas e



Fonte: Dados fornecidos pelo M. E., 1991

Fig. 3 — Número de alunos por Universidade tutelada pelo M. E. (1988/89 e 1989/90)

Universidade Católica Portuguesa.

Após esta apresentação de dados globais, passamos a dar real e imediato destaque à população estudantil universitária inscrita só no Ensino Superior público, mas tutelado exclusivamente pelo Ministério da Educação.

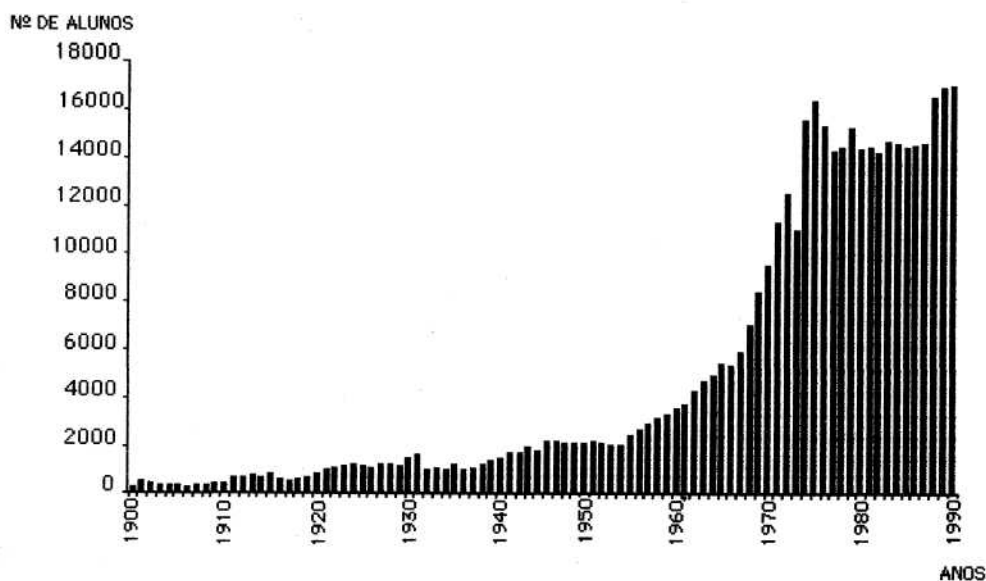
Neste domínio os valores obtidos revelam uma posição destacada para o Ensino Superior Público em Lisboa. Seguem-se, segundo este indicador, a Universidade do Porto e a de Coimbra. Finalmente surgem dois agrupamentos distintos. O primeiro é constituído pelas Universidades do Minho, Aveiro, Évora e Trás-os-Montes e Alto Douro, e o segundo pelas dos Açores, Algarve e Madeira (Fig. 3).

### **3 - Ensino Superior Público - O caso da Universidade do Porto**

#### 3.1 - Aspectos gerais

Passemos a fixar a nossa atenção no caso concreto da Universidade do Porto.

Começamos por conceder, desde já, especial atenção à evolução da população estudantil na Universidade do Porto. Pela leitura da Fig 4 é possível individualizar, nos últimos 90 anos da Universidade do Porto, várias fases no crescimento da sua população estudantil. Assim, nos primeiros 60 anos destacam-se dois períodos. No primeiro, de cerca de 40 anos, há um crescimento lento e irregular; o segundo demarca-se até 1954 pela regularidade e só no período de 1954/1962 a Academia Portuense atinge e ultrapassa os 4000 alunos. Curiosamente, no início da década de 60 reabriu a Faculdade de Letras do Porto.



Fonte: Dados publicados por Cândido dos Santos, *A Mulher e a Universidade do Porto*, publicação da Reitoria do Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1991

Fig. 4 — Evolução do número total de alunos inscritos na Universidade do Porto

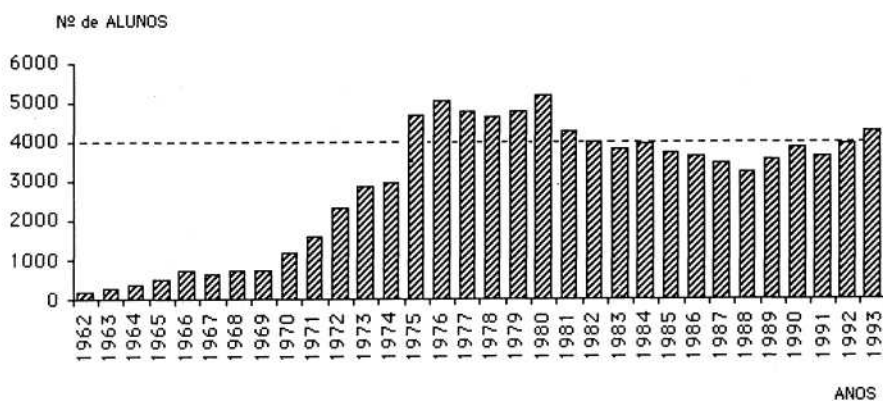
Só passados cerca de vinte anos, ou seja em 1971/73, a população estudantil ascende aos 12 000 alunos; é nesse mesmo ano que se procede oficialmente à abertura das Licenciaturas em Filologia Românica, em Filologia Germânica e em Geografia. Em 1975/77 assiste-se ao primeiro valor superior a 15 000 matrículas para, na década dos anos 80, o valor registar nova regularidade entre os 14 400 e 14 600 alunos. Contudo, nos últimos 3 anos retoma-se um novo acréscimo, atingindo-se pela primeira vez cerca de 17 000 matrículas.

Em suma, parece correcto concluir que no início da década dos anos 70 se abriu um novo período na história da Universidade do Porto. Este diagnóstico evidencia claramente que a reabertura da Faculdade de Letras teve primordial importância na evolução da popu-

lação estudantil desta academia portuense. A realidade actual leva a admitir que, em 1994/95, a população estudantil da Universidade do Porto atingirá os 28 000 alunos. Esse acréscimo é resultado de um contexto estrutural global, com a previsão da criação de novas licenciaturas, como por exemplo a de Direito.

### 3.2 - Faculdade de Letras do Porto — Caracterização da sua comunidade estudantil

A evolução da população estudantil da FLUP, no período de 1962/63 a 1992/93 (Fig. 5), denuncia características bem diferenciadas. Assim, de 1962 a 1976, ou seja o período que corresponde à reabertura da FLUP e à criação das Licenciaturas de História, Filosofia, Filologia Românica, Filologia Germânica e Geografia, o traçado da curva evolutiva referente à comunidade estudantil é genericamente de tipo ascendente. Contudo,



Fonte: Dados recolhidos na Reitoria e na Secretaria da Faculdade de Letras do Porto, 1990 e 1993 Fig 5

— Evolução do número total de alunos inscritos na Faculdade de Letras (1962 a 1993)

características bem diferentes ocorreram de 1976 a 1993, período em que os valores anuais retratam uma evolução de grande irregularidade. Assim, ao pequeno decréscimo entre 1976/78, sucedeu-se um acentuado acréscimo em 1980, com o ultrapassar dos 5000 alunos. Mas foi na década de 80 que, novamente, o traçado se caracterizou pela irregularidade, de forma a atingir o valor mínimo de 3200 alunos em 1988, sucedendo-se uma nova fase de acréscimo desta população. O que se confirma tendo em consideração o total de 4297 alunos<sup>6</sup> inscritos, em 1993, nas Licenciaturas e Cursos de Pós-graduação.

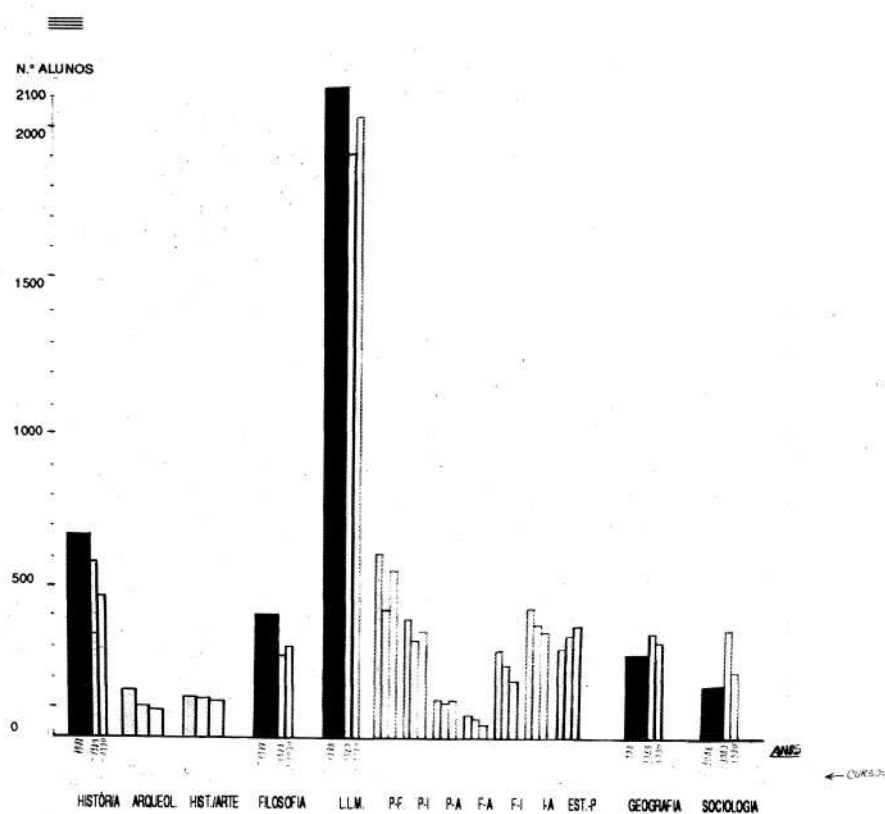
Segundo a nossa opinião, a esta leitura de características globais devem associar-se estudos parcelares, ou seja por curso (Fig. 6).

Recorde-se que no período de 1988/89 a 1990/91 se registou uma diminuição de alunos inscritos nos cursos de História, Filosofia e Línguas e Literaturas Modernas (LLM), enquanto nos Cursos de Geografia e Sociologia a variável em estudo se apresenta com um comportamento bem oposto. Numa visão de complementaridade note-se que a população estudantil inscrita em LLM e suas variantes ultrapassa os 50% do total. De sublinhar ainda que as opções desses alunos se orientam predominantemente para as variantes de Português/Francês, Português/Inglês, Inglês/Alemão e Estudos Portugueses.

Contudo para atingir os objectivos previamente estabelecidos deve associar-se a esta breve leitura da evolução da população estudantil da FLUP a análise de outros indicadores, como a sua estrutura etária e o seu grau de aproveitamento durante a frequência na FLUP. Insere-se neste quadro a necessidade de conhecermos a frequência temporal/licenciatura, ou seja analisar através do recurso ao indicador — o ano da I<sup>a</sup> matrícula de cada aluno — o nível de aproveitamento médio e, conseqüentemente, a idade e os anos de permanência dos discentes da FLUP.

---

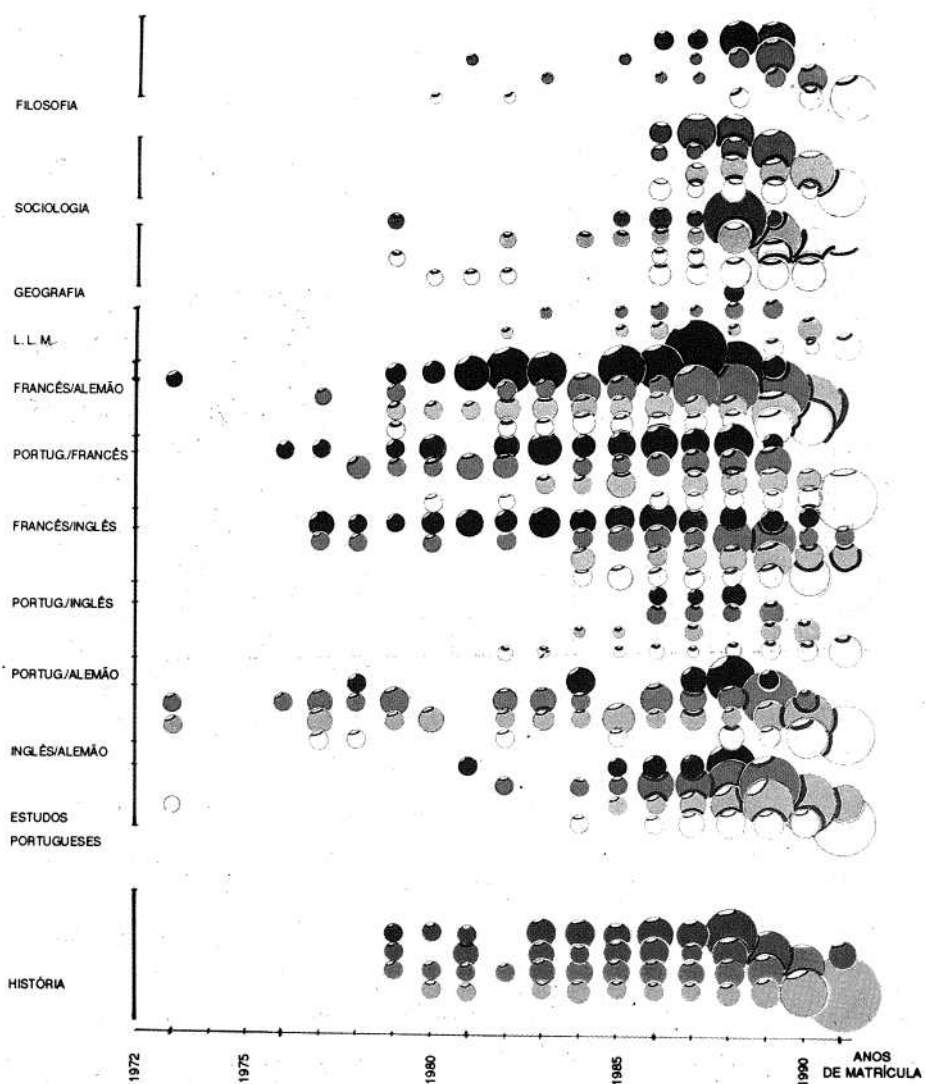
<sup>6</sup> Dados fornecidos pela Secretaria da Faculdade de Letras do Porto, Dezembro de 1993.



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991

Fig 6 — Evolução do número de alunos inscritos nas cinco licenciaturas e variantes da FLUP (1988/1989 a 1990/1991)

Neste contexto, o trabalho que vamos desenvolver privilegiará os resultados por nós obtidos no âmbito de três variáveis, ou seja o curso e variantes, o ano da Iª inscrição e o ano que o aluno frequentava em 1990/91 (Fig. 7). A leitura da referida representação gráfica permite seleccionar não só os alunos inscritos nos 4 anos das diferentes Licenciaturas e variantes, mas também o ano da sua 1.ª inscrição. Ora se a nossa análise recair, fundamentalmente, na leitura do comportamento do indicador referente ao «ano da primeira inscrição do aluno», os finalistas de 1990/91 deveriam, em função do percurso normal dos



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 7 — Número de alunos inscritos por curso e variantes, em função da primeira matrícula

4 anos de duração dos diferentes Planos de Estudo, terem como data da sua primeira inscrição o ano de 1987/88. Contudo, a realidade é bem diferente. Por exemplo, nos cursos de História e de LLM registava-se um elevado número de alunos com a sua primeira inscrição na década de 70.

A Fig. 7 evidencia claramente a amplitude e complexidade do fenómeno, mas a título de exemplo resolvemos seleccionar alguns casos.

Assim no curso de História o elevado número de alunos do 2.º, 3.º e 4.º anos, cuja 1.ª inscrição remontava ao período de 1978/83, é, certamente, um fenómeno anómalo a um normal funcionamento desta Licenciatura.

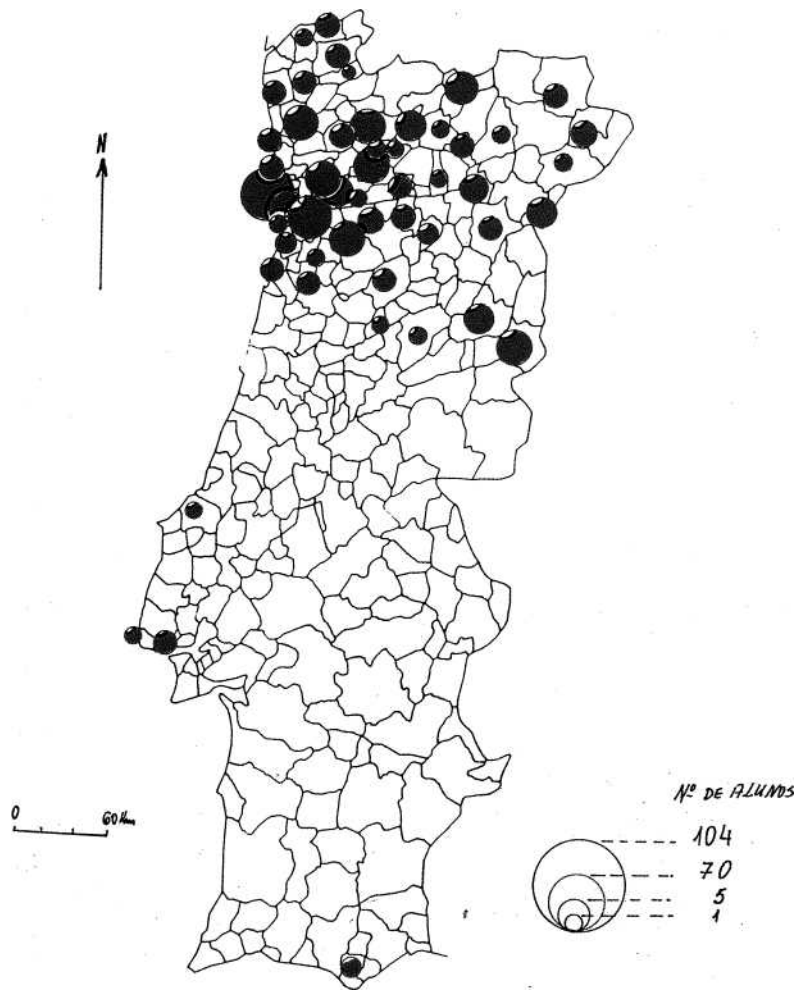
De igual modo nas variantes de LLM, concretamente em Inglês/Alemão, Português/Francês, há também um número preocupante de alunos do 2.º e 3.º anos com a primeira inscrição datada de 1972 a 1980.

Em síntese, os resultados para LLM confirmam-nos que, em Outubro de 1990/91, cerca de 30% da população estudantil fizeram a sua 1.ª inscrição na FLUP entre 1972 e 1985. Casos semelhantes, embora de menor amplitude, ocorrem na Licenciatura de História (Fig. 8).

Deveremos interrogar-nos acerca das causas e consequências deste prolongamento exagerado da escolaridade e a consequente permanência no quadro discente da FLUP. É que cerca dos 38% dos alunos inscritos prolongaram o período legal dos quatro anos da Licenciatura para 12, 15 e mesmo 18 anos. Devemos, pois, questionar-nos sobre uma realidade que passa a assumir uma extensão e reflexos indetermináveis. Por exemplo: será que estes discentes exercem já uma actividade docente?

Para tentar responder a esta e outras questões exigia-se um conhecimento mais pormenorizado sobre estes 38% da população estudantil da FLUP. Para tal houve que analisar outros indicadores, como a profissão e a idade.





Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 8 — Alunos inscritos em 1990/91 na FLUP, mas com a 1.ª matrícula de 1972 a 1985

O tratamento dos dados por nós recolhidos confirma que a maioria destes estudantes tem mais de 40 anos e que já exerce uma profissão.

Esta constatação conduziu-nos à individualização de dois casos. Enquanto a maioria dos discentes radicados na Área Metropolitana do Porto ou nas principais cidades do Norte e Centro exerce uma profissão não ligada ao ensino, o que implica que a obtenção do grau de licenciado se relaciona com uma promoção na carreira profissional, os restantes desses alunos inscritos em LLM (mais concretamente 18%) constituem o segundo caso, na medida em que são docentes em escolas localizadas na periferia e particularmente em concelhos do interior.

Para além desta incidência ligada à profissionalização teremos que reflectir sobre as consequências directas e indirectas nos organigramas estruturais da FLUP. Recorde-se que esta massa estudantil tem uma incidência directa e/ou indirecta na planificação da ocupação dos espaços físicos, extensão das turmas e conseqüente rendimento escolar. Estamos perante um fenómeno com reflexos bem decisivos quer na reestruturação dos Planos de Estudo da FLUP, quer no nível de ensino a ser ministrado por estes futuros licenciados no Ensino Secundário.

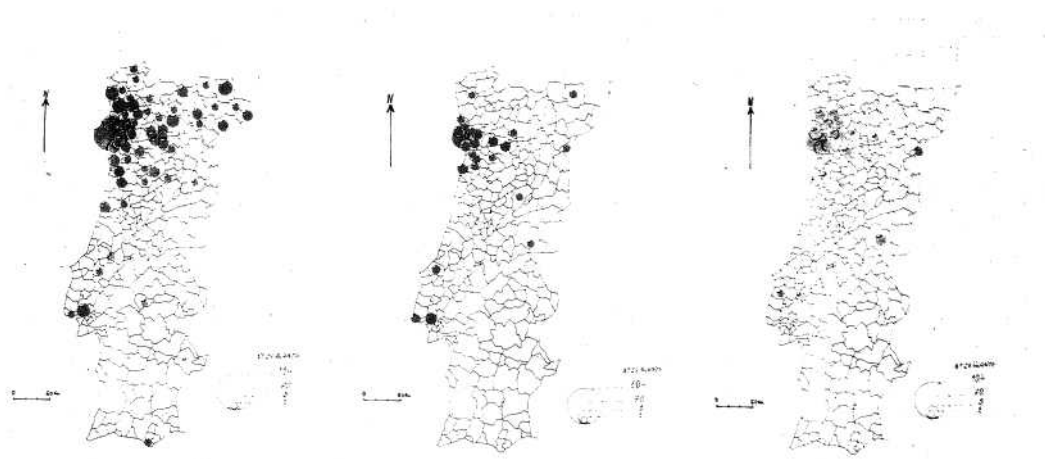
Numa linha sequencial de raciocínio é pertinente, neste momento, questionarmo-nos sobre as áreas de residência dos alunos inscritos na FLUP. Sublinhe-se, desde já, que só cartografámos os residentes no espaço de Portugal Continental.

Se considerarmos a globalidade dos Cursos, pode concluir-se que a maioria dos discentes é oriunda da Área Metropolitana do Porto, seguindo-se os domínios concelhios da região Norte. Pode afirmar-se que a repartição pelas restantes NUTES é insignificante.

Podemos afirmar que este breve estudo vem corroborar as Assimetrias regionais e denunciar a amplitude dos fluxos desta população estudantil ( Figs. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18).

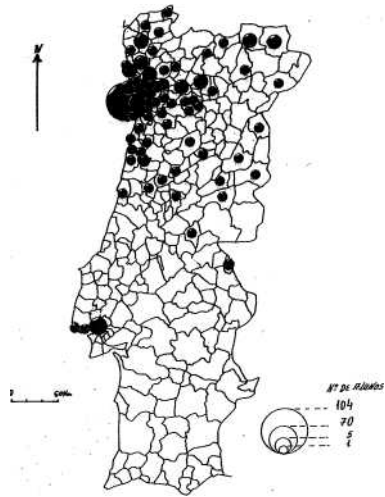
Curiosamente, em relação a alguns Cursos, como por exemplo Filosofia, História, LLM (variantes Estudos Portugueses, Português/Inglês, Inglês/Alemão e Português/Francês) assiste-se a uma área de influência mais difusa, pois regista-se um alargamento pela região Centro, Área Metropolitana de Lisboa e mesmo alguns casos do Alentejo e Algarve.

Estamos perante um complexo problema que foi, certamente, agravado com o actual Processo de Acesso ao Ensino Superior. Será que o Ensino Superior Público responde às exigências da actual sociedade?



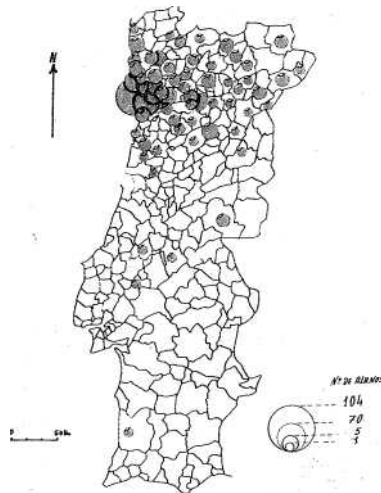
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991

Fig. 9 — Alunos inscritos nos cursos de História, História de Arte e Arqueologia (FLUP 1990/91)



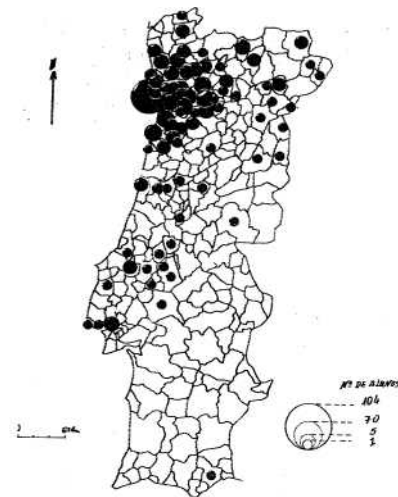
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1 vv! Fio. iQ^.

Alunos inscritos no curso de Filosofia (FLUP 1990/91)

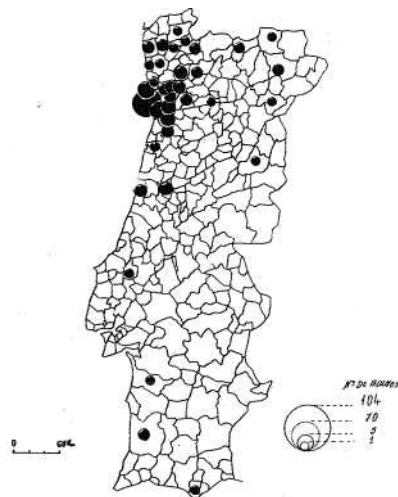


Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Pio. 11 —

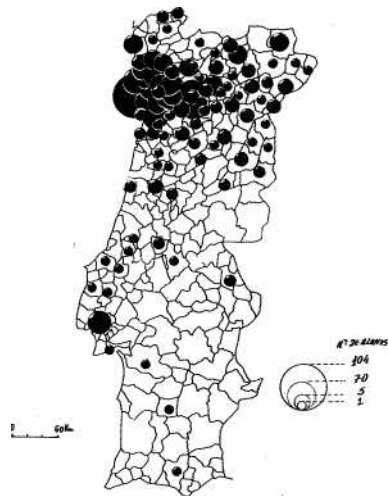
Alunos inscritos no curso de Geografia (FLUP 1990/91)



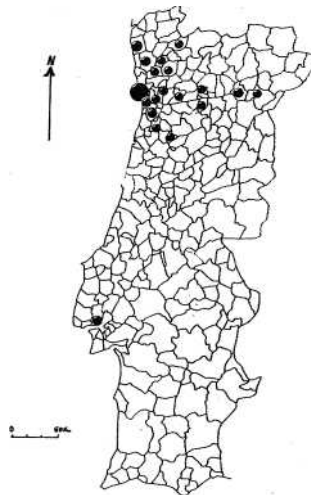
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 12 — Alunos inscritos em LLM - Variante Estudos Portugueses (FLUP 1990/91)



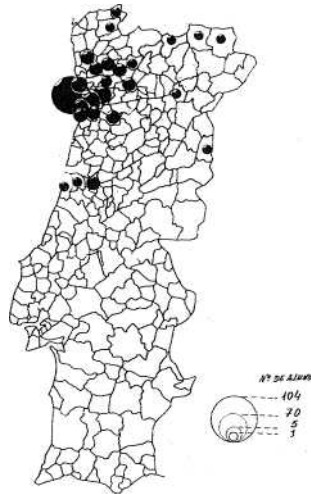
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 13 — Alunos inscritos em LLM - Variante Português-Alemão (FLUP 1990/91)



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 14 — Alunos inscritos em LLM - Variante Português-Francês (FLUP 1990/91)

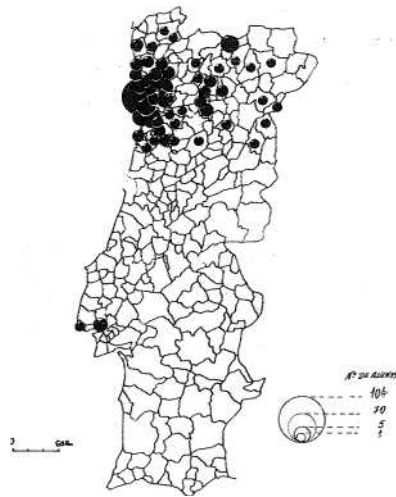


Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 15 — Alunos inscritos em LLM - Variante Francês-Alemão (FLUP 1990/91)



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 16 —

Alunos inscritos em LLM - Variante Francês-Ingles (FLUP 1990/91)



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991 Fig. 17 —

Alunos inscritos em LLM - Variante Inglês-Alemão (FLUP 1990/91)



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, 1991

Fig. 18 — Alunos inscritos no curso de Sociologia (FLUP 1990/91)



## 2.<sup>A</sup> PARTE

### **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA F.L.U.P. A CURTO E A MÉDIO PRAZO»**

É um facto que a FLUP, para se inserir num processo de transformação e de mudança do Ensino Superior, deverá adoptar modelos de desenvolvimento em que nunca se ignorem os seus objectivos fundamentais, ou seja:

«...continuar a formar indivíduos altamente especializados e cada vez mais vocacionados para, em colaboração com os outros agentes, participarem nos trabalhos de desenvolvimento cultural e, logicamente, contribuir para uma harmoniosa planificação regional e nacional».

Nesta óptica, o imobilismo não se afigura defensável como princípio a qualquer Plano de Reestruturação. Assume-se assim como imperativo que o modelo a adoptar responda simultaneamente aos fundamentos político/económicos regionais, nacionais e aos estabelecidos pela União Europeia.

Neste contexto seria uma pura fantasia tentar entender o futuro da nossa política de Ensino Superior sem um brevíssimo enquadramento de base nacional e regional.

#### **1 - Análise Económica e Social - Breves notas**

Como é do conhecimento geral, perante as exigências da União Europeia foi elaborado pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território um documento designado «Portugal para o Século XXI — Análise Económica e Social», que constitui uma peça integrante de um conjunto que inclui igualmente as «Opções Estratégicas» e o «Plano de Desenvolvimento Regional»<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> *Publicação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Maio de 1993.*

Nesse documento afirma-se a dado momento que «.....para conhecer o Portugal de hoje não é fazer um mero exercício de leitura sobre o passado, mas sobretudo partir do conhecimento da realidade, só assim se pode construir um País solidamente estruturado para responder aos desafios deste final de década e encarar com confiança a entrada no século XXI».

Após um diagnóstico cuidado do conteúdo deste documento pareceu-nos oportuno destacar alguns indicadores no âmbito das Assimetrias Regionais.

### 1.1 - Disparidades regionais

Os autores do referido documento apontam para:

1.º — «... uma diminuição das Assimetrias Regionais à escala das NUTE II e NUTE III, no período de 1981 a 1991;

2.º — uma maior rapidez no crescimento do VAB em áreas periféricas. Admitem que, para tal, os factores mais determinantes foram os seguintes:

— a transferência do rendimento de regiões centrais para as periféricas;

— uma acentuada melhoria de infra-estruturas;

— o desenvolvimento do Turismo e o aumento de mobilidade;

— a mudança tecnológica difundida mais rapidamente para as regiões periféricas com impactos no crescimento económico regional...»<sup>8\*</sup>

---

<sup>8</sup> *Opções Estratégicas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Maio, 1993.

É difícil emitir um juízo crítico sobre o conteúdo e a estruturação operacional do plano. Existe, contudo, uma realidade territorial que nos conduz a conclusões menos optimistas. Por outras palavras, uma simples visão global do documento retrata-nos de imediato que, embora na segunda metade da década de 80 se tenham concretizado importantes transformações no tecido da rede viária e gestão de recursos económicos, continua a verificar-se que mais de metade do VAB, mais concretamente 51,3%, é gerado em menos de 4% da área do Continente, e persiste uma forte concentração industrial na Área Metropolitana de Lisboa ( 30% VAB) e no litoral Norte com 39%.

Infelizmente, para a generalidade dos indicadores, continua a registar-se uma alarmante e progressiva fragilidade em relação às Regiões do Interior. Por outras palavras, há provas indiscutíveis e evidentes de que o fenómeno das «Assimetrias Regionais» é uma realidade preocupante.

Em relação aos objectivos deste trabalho parece-nos lógico e pertinente alertar, desde já, para a região onde nos inserimos, ou seja a REGIÃO NORTE.

Como é do conhecimento geral, um dos principais problemas estruturais desta região reside na grande diferença do nível de desenvolvimento entre o Litoral e o Interior. Assim, parece-nos fundamental lembrar que entre os múltiplos factores, que mais têm marcado o atraso do interior, se destaca a existência de uma incipiente rede urbana e um tipo de ligações viárias antiquadas entre esses pequenos pólos urbanos.

Igualmente inegável é que as questões estruturais se revelam logicamente no plano social, como por exemplo através dos elevados níveis de analfabetismo, das altas taxas de insucesso escolar e da Democratização do Ensino Superior. De facto entre as opções preconizadas para o desenvolvimento económico — a qualificação profissional — aparece cada vez mais em posição privilegiada. Desde a segunda metade da década de 80 assiste-

-se a um multiplicar de circunstâncias para as quais o Ensino Superior deverá dar uma resposta imediata e adequada.

A democratização do Ensino Superior é, pois, um facto adquirido. Assim, este nível de ensino não poderá continuar a denunciar inércia perante os novos desafios da actual sociedade, mas, pelo contrário, deverá rapidamente reestruturar-se e, para tal, adoptar modelos de aplicação e concretização devidamente adequada ao plurifacetado mercado de trabalho.

## 1.2 - A democratização do Ensino Superior

### *1.2 A - O acesso ao Ensino Superior (1988 a 1993)*

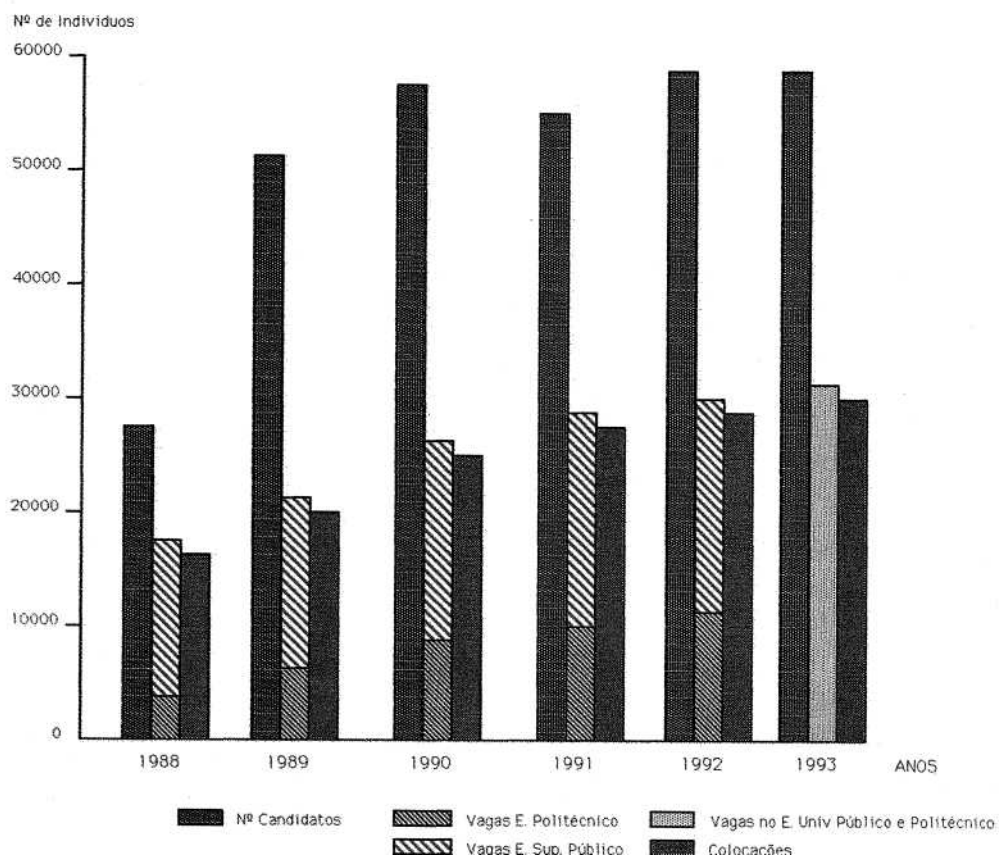
A leitura da Fig. 19 e retraiá duas realidades. No que se refere ao número de candidatos ao Ensino Superior Público, vê-se que passou de 29.206, em 1988, para 59.186 em 1992, e de 57.916 em 1993. De facto, é pertinente reconhecer que nestes últimos 6 anos a duplicação do número de candidatos ao Ensino Superior Público se tornou uma realidade que não pode ser ignorada (Quadro II)<sup>9</sup>.

Importa lembrar ainda que> na especificidade e competição cada vez maiores do mercado de trabalho, se entronca a mutação intrínseca do tecido social. Daí sentir-se uma ascendente preferência por Cursos de nível Superior.

---

<sup>9</sup> Dados fornecidos oficialmente pelo Núcleo de Acesso, Ministério da Educação, Lisboa, 12 de Janeiro de 1994.

Contudo esse acréscimo é mais notório em relação ao Ensino Politécnico. Essa crescente opção deve-se não só a uma maior difusão espacial dos seus estabelecimentos de ensino, mas também aos conteúdos programáticos dos seus cursos, já que estes respondem de forma mais directa e concreta às realidades locais e regionais. Estamos, por conseguinte,



Fonte: Dados fornecidos oficialmente pelo Núcleo de Acesso, Min. da Educação, Janeiro de 1994 Fig. 19 —

Evolução do número de candidatos, vagas e colocações no Ensino Universitário e Politécnico

**Quadro II — Concurso Nacional de acesso ao Ensino Superior Público  
desde 1988 a 1993**

	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>NÚMERO DE CANDIDATOS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO</b>	29 206	51 118	58 914	55 673	59 186	57 916
<b>NÚMERO DE VAGAS ENS. PÚBLICO</b>	18 186	22 300	25 081	28 355	29 207	32 007
1 — ENSINO UNIVERSITÁRIO 2 — ENSINO POLITÉCNICO	13 577 4 609	16 031 6 269	16 303 8 778	18 366 9 989	18 694 10513	*

\* Em início de Janeiro ainda não eram conhecidos os valores específicos ao Ensino Univ. e Politécnico. Fonte: Dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Acesso, Ministério da Educação, Lisboa, 94/01/12

perante um problema real de estímulo à fixação e qualificação de uma população jovem radicada longe dos tradicionais centros universitários.

Após estas breves reflexões somos levados à formulação de numerosas questões, das quais salientamos, a título de exemplo, a seguinte: será que na reestruturação do Ensino Superior Público foi ou está a ser previsto o grande afluxo de população estudantil? Somos de parecer que não. De facto, esta necessidade repentina de obtenção de melhor qualificação técnica e cultural não está a ser apoiada em políticas de incentivo à investigação e à fixação dos jovens nos quadros do Ensino Superior. Assim o/os Modelo(s) de Desenvolvimento não se coadunam com uma urgente melhoria da qualidade do Ensino Universitário Público Português.

Tudo isto leva-nos a afirmar que o panorama actual é, segundo a nossa opinião, a consequência primeira da ausência de uma política de acesso ao Ensino Superior Público, o que se retrata pela prática de modalidades de acesso inadequadas à estrutura curricular do

Ensino Secundário e, conseqüentemente, por uma profunda interferência nos objectivos dos jovens candidatos e da sua futura inserção no mercado de trabalho.

Conscientes da complexidade do fenómeno e das gravíssimas conseqüências a curto e médio prazo, atrevemo-nos a formular as seguintes questões: será que se prefere estimular a massificação em detrimento da qualidade? Que tipo de técnicos estamos a preparar para o Século XXI?

A complexidade e extensão política, social e cultural do problema exige uma reflexão sobre as causas e conseqüências deste anormal afluxo de candidatos ao Ensino Superior Público

Entre as causas consideradas determinantes salientamos as seguintes:

— a diminuição do insucesso nos diferentes escalões do Ensino Unificado (Quadro III)<sup>10</sup>;

— a indefinição do processo de Acesso ao Ensino Superior e logicamente uma ausência de parâmetros uniformizadores das classificações obtidas no Ensino Secundário;

— o interesse colectivo, de promoção da competitividade global da sociedade;

— a dispersão espacial do Ensino Politécnico, em resposta a exigências de ordem local e regional

No domínio das conseqüências destacamos:

— a indecisão dos jovens na opção da sua carreira académica e futura carreira profissional (Fig. 20);

---

<sup>10</sup> *Anuário Estatístico*, Paris, UNESCO, 1993. 34

Quadro III — Alunos inscritos na escolaridade obrigatória em alguns países da U. E.  
 Percentagens de repetição por ano e estudo  
 Anuário Estatístico, UNESCO, 1993

PAÍSES DA U. E.	ANOS	TOTAL (HM)	T %	ANOS DE ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA								
				I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Alemanha	1980	60 390	2	2	2	2	2					
	1985	34 545	2	2	2	2	2					
	1990	54 176	2	2	2	2	2					
Dinamarca	1986	1 436	0	1	0	0	0	0	0	0		
	1990	1429	0	1	1	0	0	0	0			
	1991	1493	0	1	1	0	0	0	0			
Espanha	1980	231 424	6	6	6	6	7	8				
	1985	170 855	5	2	6	3	<sup>3</sup>	9				
	1988	104 386	3	1	5	1	\	8				
	1989	112 598	4	1	6	1	1	8				
França	1979	427 541	9	13	8	7	8	11				
	1985	321 699	8	10	7	6	7	9				
	1990	206 567	5	8	6	4	4	4				
	1991	169 688	4	6	5	4	3	3				
Grécia	1980	9 685	1	3	1	1	0	0	0			
	1985	1 452	0	0	0	0	0		0			
	1988	137	0	0	0	0	0	0	0			
Holanda	1980	33 789	3	6	4	2	2	1	1			
	1985	23 856	2	4	4	2	1	1	1			
Itália	1980	54 036	1	2	1	1	1	1	1			
	1985	37 790	1	1	1	1	1	1	1			
	1990	23 976	1	1	1	1	1	1	1			
Portugal	1991	20 666	1	1	1	1	I	0	1			
	1980	222 665	17	23	*	13	*	17	14			
	1989	152 947	14	19	*	11	*	13	11			
	1990	145 908	14	19	*	11		14	11			

\* Não há classificação

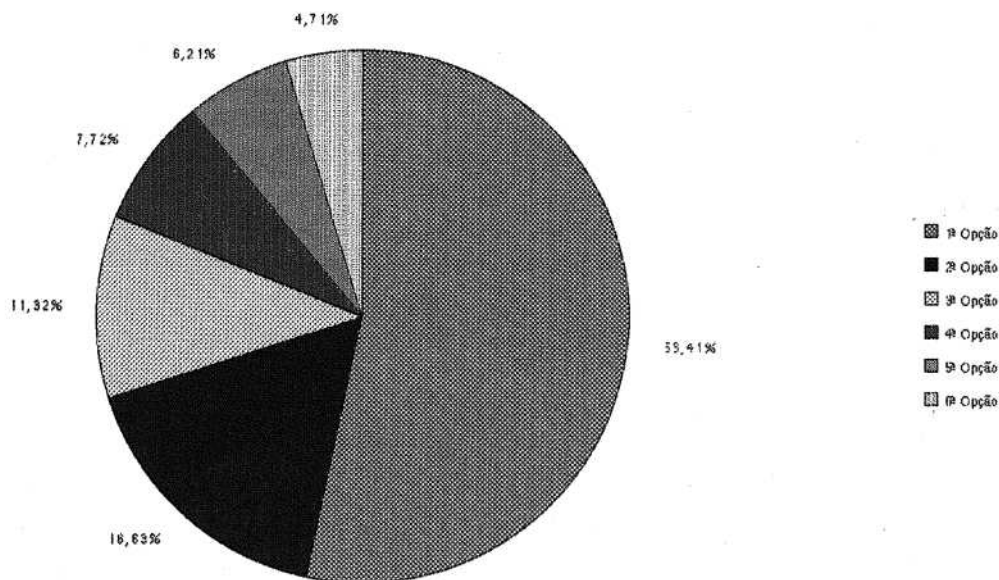
Fonte: Anuário Estatístico, UNESCO, França, 1993, Item 3.6, pp. 3-140 a 3-142.



— a dificuldade na definição de Sistemas de Financiamento;  
— o crescimento da população estudantil acompanhada de uma política de retenção de despesas;

— a imposição de RATIO ( Doe/Aluno);

— o agravamento da QUALIDADE DO ENSINO UNIVERSITÁRIO.



Fonte: Núcleo de Acesso, M. E., Lisboa, 94/01/12

Fig. 20 — Colocação de candidatos em função da sua opção (1993)

Em suma, é necessário redefinir o sistema educativo português e, consequentemente, reflectir sobre o modelo mais adequado às circunstâncias da época. Quando passamos aos instrumentos da política educativa, nos domínios financeiros, técnicos e económicos, verificamos que há muito ainda a clarificar e a investir.

## 2 - A Faculdade de Letras, da actualidade a 1996/97

Consideramos o período de 1993/94 a 1996/97 de características transitórias, mas importantes na reformulação de Planos de Estudo e no equacionamento das valências futuras da FLUP.

### 2.1 - Diagnóstico do actual modelo de desenvolvimento

#### *2.1.1 - Progressão Académica e Profissional do actual corpo docente*

É um facto adquirido que no âmbito da Docência/ Investigação Universitária permanece em vigor um modelo de estrutura fechada e praticamente restrito ao meio académico. Ora, no momento em que se aposta num desenvolvimento enquadrado e multifacetado, continuamos, infelizmente, a assistir a uma apatia mútua e recíproca entre a maioria dos investigadores e a comunidade exterior. Convém, no entanto, recordar que no âmbito dos apoios à investigação, as Ciências Sociais e Humanas têm sido praticamente ignoradas pelos serviços oficiais.

A propósito das preocupações que acabámos de citar, interrogamo-nos como poderão os responsáveis ignorar que a cultura humanística é imprescindível e insubstituível à formação da geração de políticos, académicos, técnicos e da população em geral no século XXI?

Afigura-se-nos, portanto, que o actual modelo se oferece limitado e inadequado a uma progressão lógica e activa (Fig. 21).

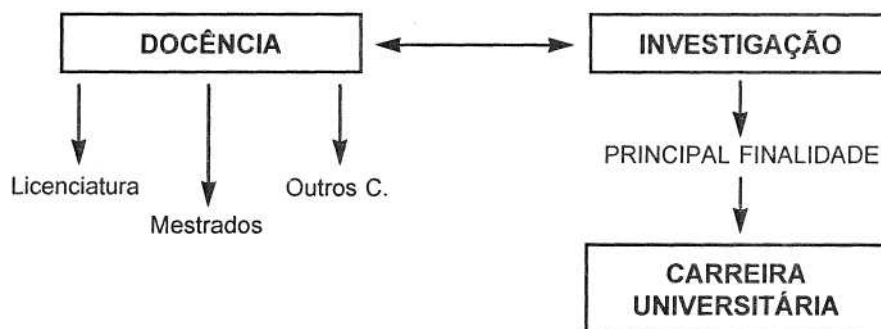


Fig. 21 — A progressão profissional e académica do actual docente da FLUP

### 2.1.2 — Planos de Estudo

A vivência destes últimos treze anos permitirá, certamente, aos docentes/investigadores da FLUP considerarem como prioritária a aprovação urgente de uma Planificação que não só crie o limiar ideal e realista de candidaturas às diferentes licenciaturas, Cursos de Pós-graduação e Profissionalização (via Ensino), mas também ofereça novos incentivos aos seus discentes e docentes.

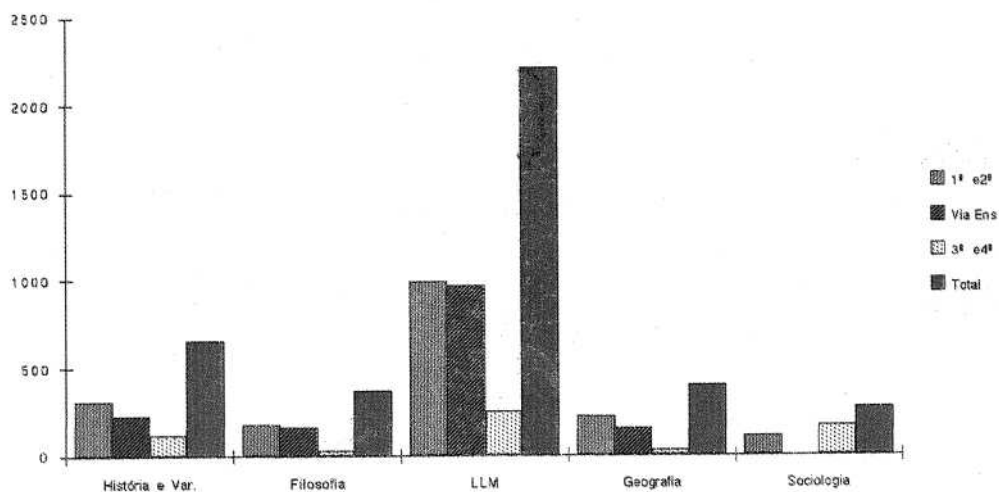
#### *O Ramo Educacional na FLUP*

Desde 1987/88 foi criado, à escala nacional, o Ramo Educacional na maioria das Licenciaturas ministradas nas Faculdades de Letras. Desta forma, à habilitação académica

pode associar-se uma habilitação profissional ligada ao Ensino, a ministrar em Escolas Secundárias ou C+S.

A realidade da FLUP evidencia que, à excepção do curso de Sociologia, os alunos inscritos nas restantes licenciaturas mostram particular interesse pela profissionalização ligada ao Ensino (Fig. 22).

Deveremos, contudo, saber se, no período de 1988 a 1993, as oportunidades oferecidas aos alunos da FLUP, para seguirem o Ramo Educacional, corresponderam ou não aos valores reais da oferta da DREN no âmbito das vagas a Estágio no Ensino Secundário.

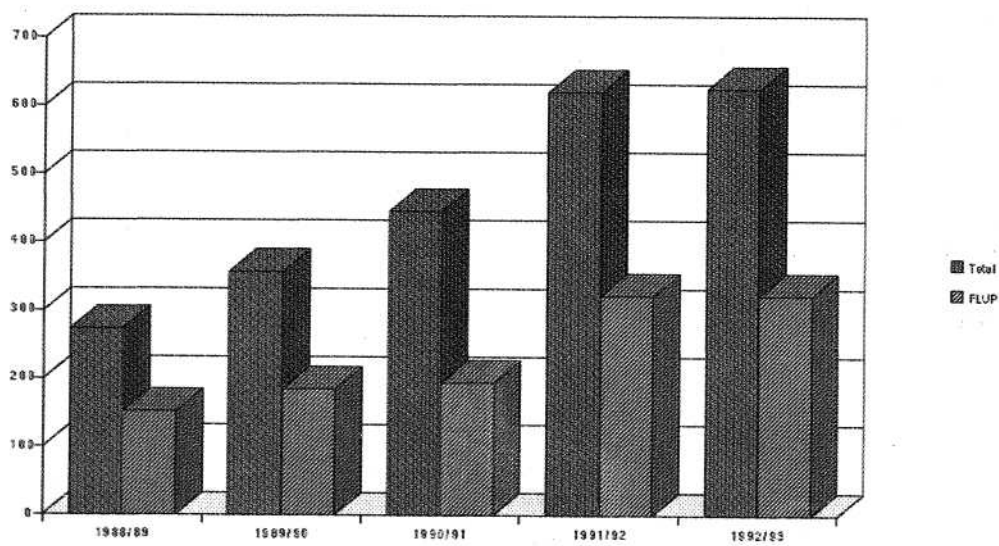


Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da FLUP, Dezembro, 1993 Fig. 22 —

Alunos inscritos nas Licenciaturas da Faculdade de Letras do Porto, em 1992/93

*Evolução da oferta de Estagiários da FLUP e das restantes  
Universidades da Região Norte (1988/89 a 1992/93)<sup>11</sup>*

A leitura da Fig. 23 responde adequadamente à questão anteriormente formulada. Assim, no período em análise, o número de Estagiários inscritos na FLUP tem sido largamente ultrapassado por uma oportuna e real presença de candidatos aos lugares de estágio oriundos das Universidades do Minho, de Filosofia de Braga e de Trás-os-Montes e Alto Douro.



Fonte: Dados fornecidos pela DREN, 1993

Fig. 23 — Evolução do número de estagiários, Região Norte

<sup>11</sup> Referente aos Grupos correspondentes às Licenciaturas de LLM (Variantes), História, Filosofia e Geografia.

É uma tarefa ingrata, a de fazer «balanços», particularmente quando se não dispõe de todos os elementos que podem pesar nos condicionantes inerentes à evolução da oferta de estagiários pelas diferentes Universidades da Região Norte. Contudo, uma parte da resposta parece poder encontrar-se, referimo-nos à restrição da análise do fenómeno ao âmbito da FLUP. Para tal, seleccionámos valores alusivos aos anos de 1988/89 e 1992/93, ou seja o primeiro ano de estágios na FLUP e o mais recente.

Para este período passamos a analisar a realidade do fenómeno nas diferentes licenciaturas e suas variantes leccionadas na FLUP e respectivo Ramo Educacional (Figs. 24, 25, 26, 27 e 28).

É evidente que na área da Geografia a oferta da FLUP corresponde aos 100% da procura. Mas é visível que o fenómeno assume comportamento bem diferenciado nos restantes cursos. Entre outros motivos de inquietação sobressai o baixo poder de oferta de

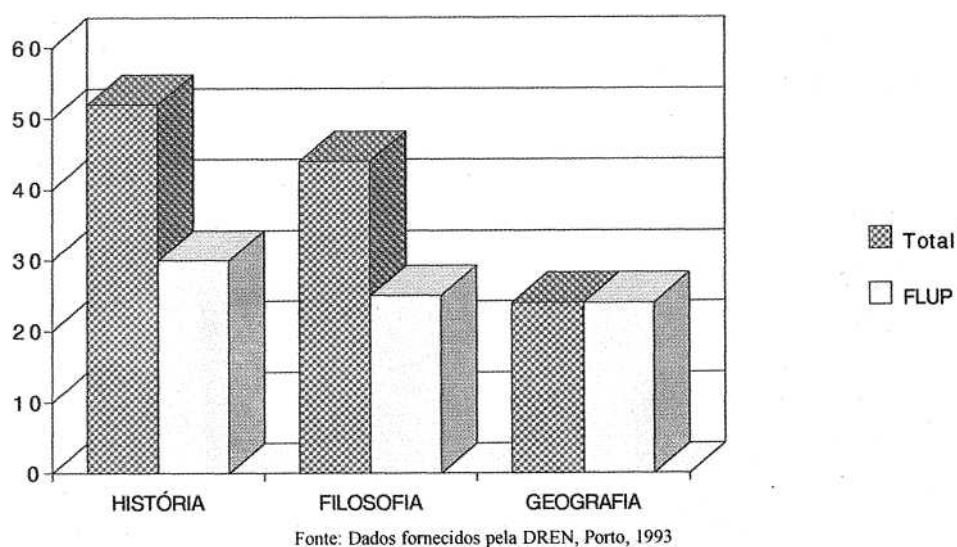
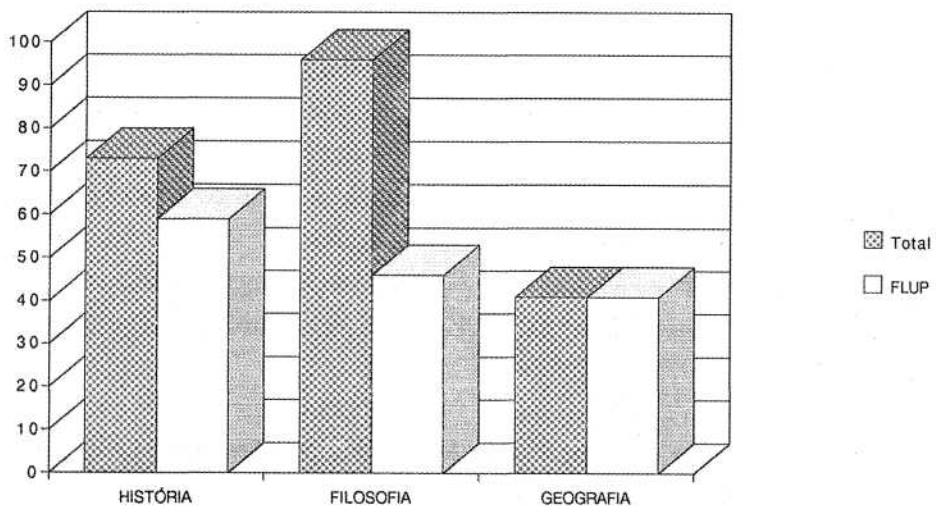
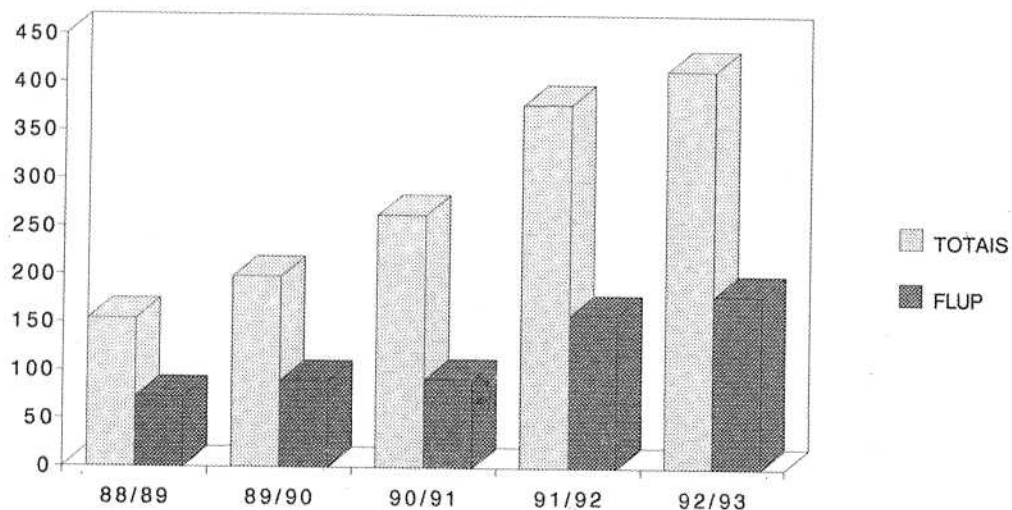


Fig. 24 — Número de estagiários em História, Filosofia e Geografia (1988/89)



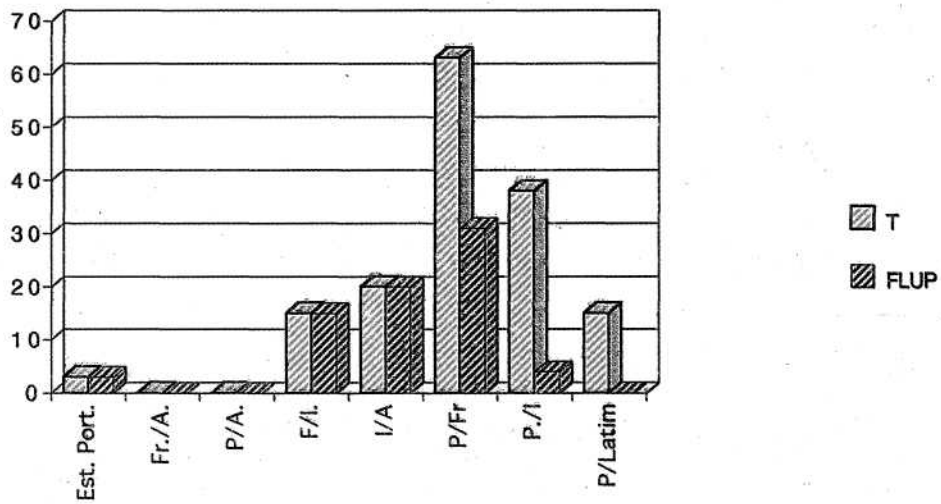
Fonte: Dados fornecidos pela DREN, Porto, 1993

Fig. 25 — Número de estagiários em História, Filosofia e Geografia (1992/93)



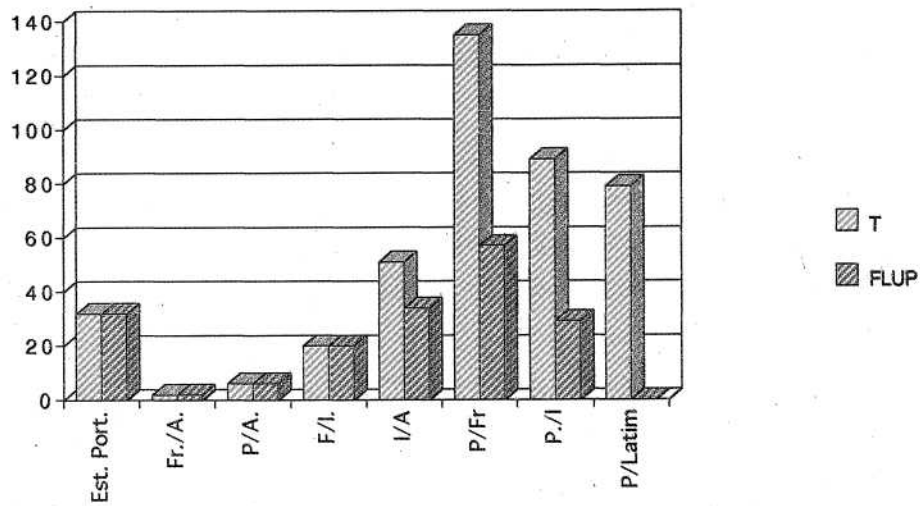
Fonte: Dados fornecidos pela DREN, Porto, 1993

Fig. 26 — Áaolução do número de estagiários em LLM (1988/89 a 1992/93)



Fonte: Dados fornecidos pela DREN, Porto, 1993

Fig. 27 — Número de estagiários em LLM e variantes (1988/89)



Fonte: Dados fornecidos pela DREN, Porto, 1993

Fig. 28 — Número de estagiários em LLM e variantes (1992/93)



estagiários no domínio das LLM e Variantes. Embora este curso absorva cerca de 52% dos actuais discentes da FLUP, a oferta das restantes Universidades da Região Norte absorve, desde 1989/90, mais de 55% dos candidatos ao estágio no Ensino Secundário.

Parece-nos, assim, que é de reter a seguinte conclusão: as ofertas de vagas em Português e outros grupos foram largamente preenchidas por candidatos oriundos de outras Universidades da Região Norte e, recorde-se, todas com muito menor significado no âmbito da população estudantil.

Estamos, por conseguinte, perante um problema real. Assiste-se, segundo a nossa opinião, a casos em que os objectivos científicos de alguns Planos de Estudo permanecem fechados às realidades da sociedade e logicamente às solicitações dos mercados de trabalho. É, pois, necessário clarificar, traduzir com metas específicas os objectivos gerais desses Planos de Estudo. Segundo a nossa opinião há, pois, muito trabalho a fazer.

### ***O mercado de trabalho - Escolas C+S e Secundárias da Região Norte, 1993***

Apreciemos, embora como simples nota, o panorama actual das vagas no mercado alusivo a estabelecimentos do Ensino Secundário e C+S Público da Região Norte. Importa lembrar que à extensão e complexidade do problema se associa o desconhecimento público da realidade estatística. Este facto implicou o alargamento da nossa base de dados e, para que tal fosse possível, tivemos de recorrer à consulta dos ficheiros dos cinco Centros de Área Educativa da DREN.

Mais uma vez o indicador alusivo ao número de Escolas e respectivas vagas à escala da Região Norte reflecte, claramente, a assimetria entre o Litoral e o Interior. Nesta

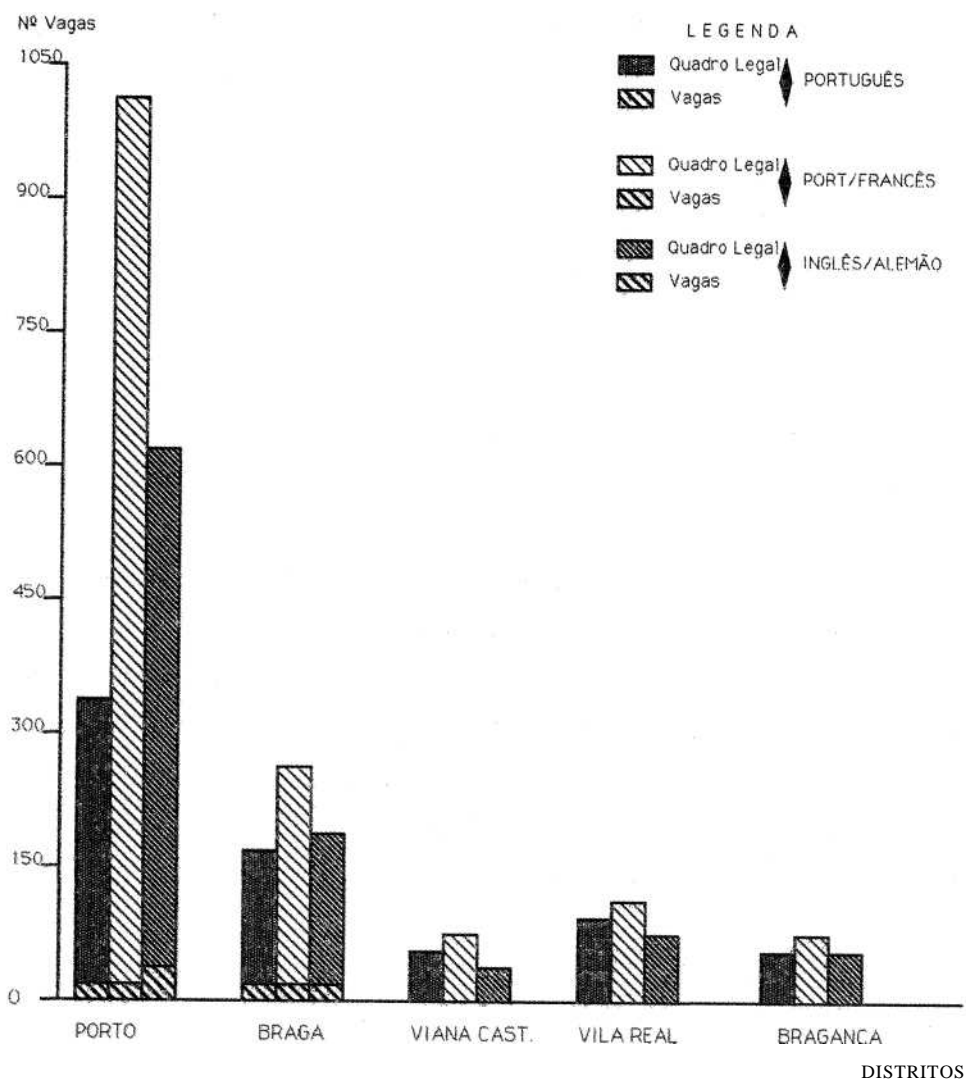
óptica cerca de 60% das escolas localizam-se nos distritos do Porto e de Braga, ou seja da maior densidade populacional. Entre outras variáveis possíveis de análise, pareceu-nos de interesse concretizar graficamente a realidade entre o Quadro-legal e as vagas para alguns dos grupos (Figs. 29, 30 e 31).

A leitura da realidade é preocupante ou mesmo alarmante para os licenciados com profissionalização em Filosofia e em História. Infelizmente já há docentes do quadro destas áreas do saber que leccionam temáticas para as quais não possuem habilitação académica específica.

Depois desta primeira leitura de âmbito geral e com uma finalidade de complementaridade, decidimos analisar o comportamento espacial deste indicador em relação aos grandes centros de formação universitária (Figs. 32 e 33). Desse estudo é possível reter duas ideias fundamentais. A primeira é que, à escala de concelho, é notoriamente individualizada a amplitude das áreas de influência dos principais centros formadores, como sejam Porto, Braga e Vila Real. Em segundo lugar ressalta o preenchimento total ou quase dos quadros nos concelhos da Área Metropolitana do Porto e litoral até Viana do Castelo. Mas nos grupos de História e de Filosofia o problema agudiza-se, pois o número de docentes excedentários, em relação à actual reestruturação do ensino nas escolas Secundárias e C+S, é uma realidade cada vez mais crítica.

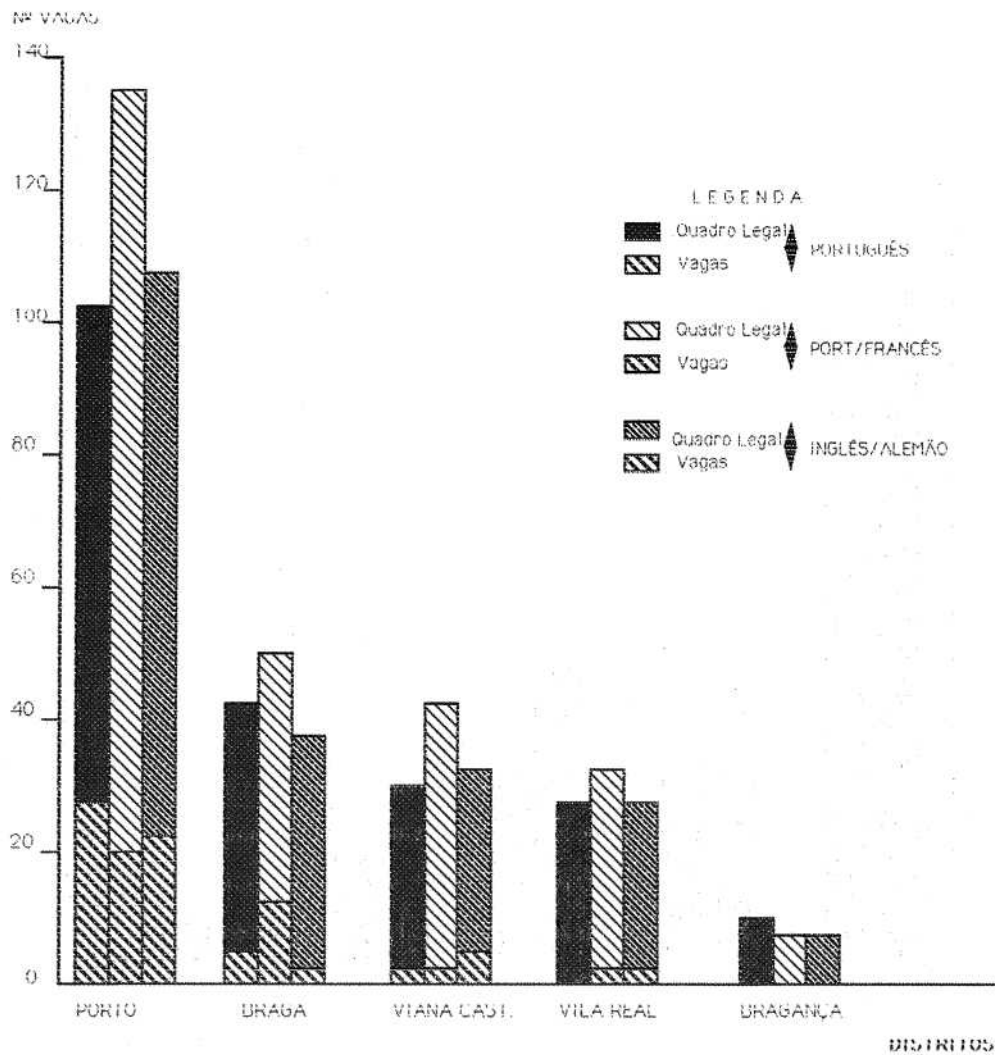
Embora nas áreas de fronteira e do Norte o número de escolas de Ensino Secundário e C+S seja bastante menor, é ainda nesses domínios concelhios do interior que a oferta de vagas é ainda uma realidade.

Finalmente, a leitura desses resultados evidencia de forma inequívoca que os quadros das Escolas Secundárias e C+S estão, para a maioria dos grupos, praticamente fechados.



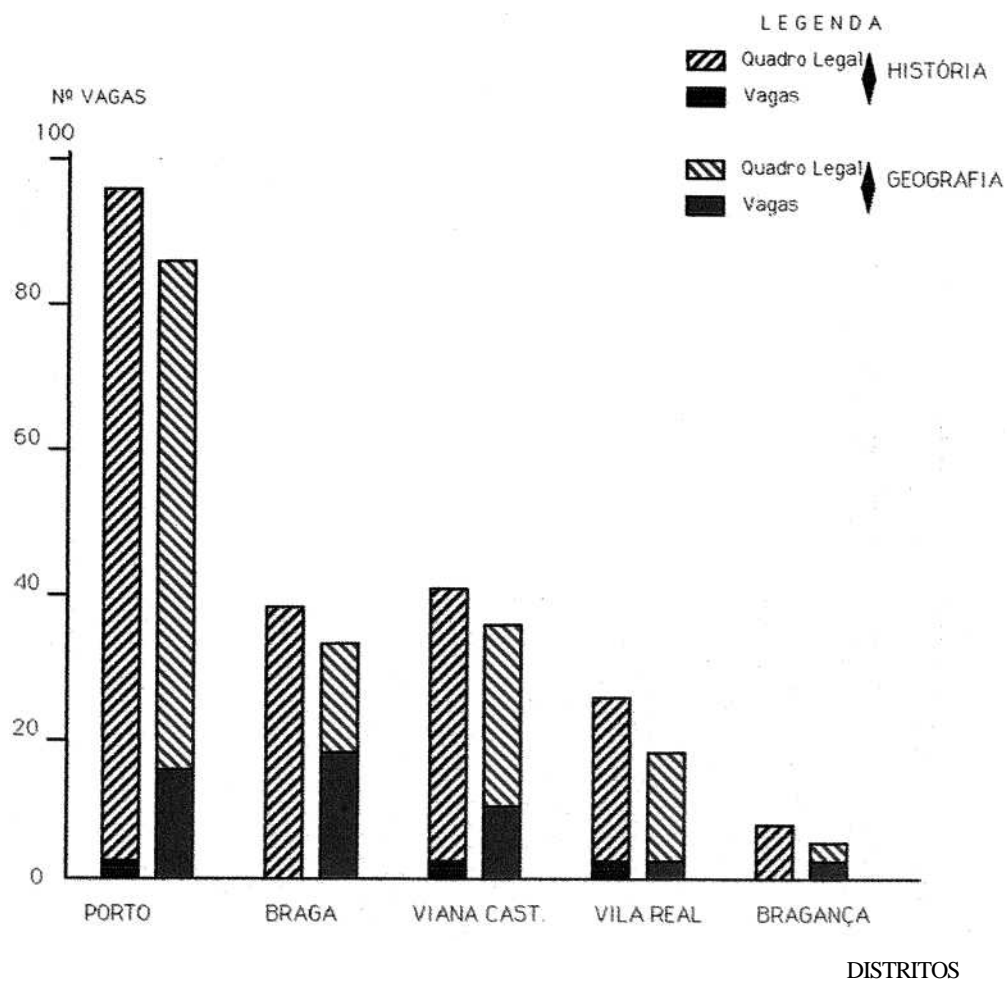
Fonte: Listagens fornecidas pelos 5 Centros de Área Educativa da DREN, Dezembro, 1993

Fig. 29 — Relação entre o Quadro-legal e as vagas a abrir em Português; Português/Francês e Inglês/Alemão nas Escolas de E. Secundário — Região Norte, 1993



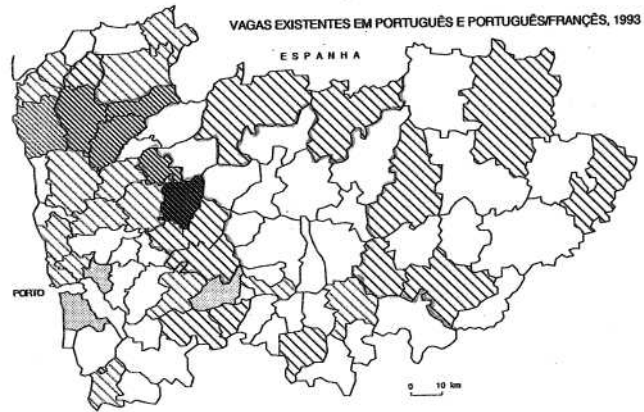
Fonte: Listagens fornecidas pelos 5 Centros de Área Educativa da DREN, Dezembro, 1993

Fig. 30 — Relação entre o Quadro-legal e as vagas a abrir em Português; Português/Francês e Inglês/Alemão nas Escolas. C+S — Região Norte, 1993



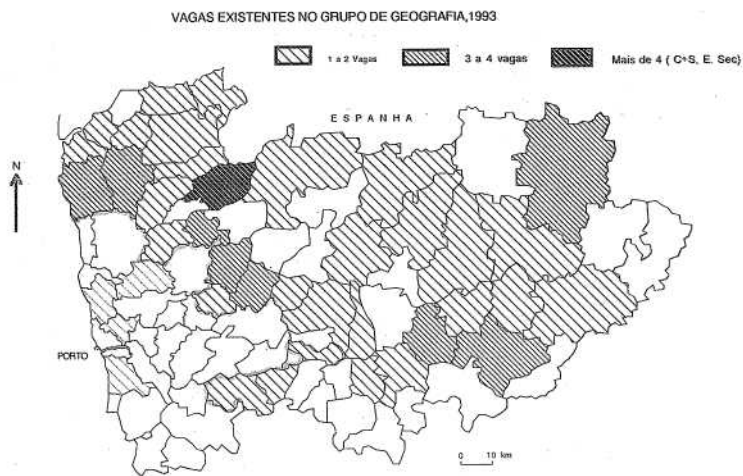
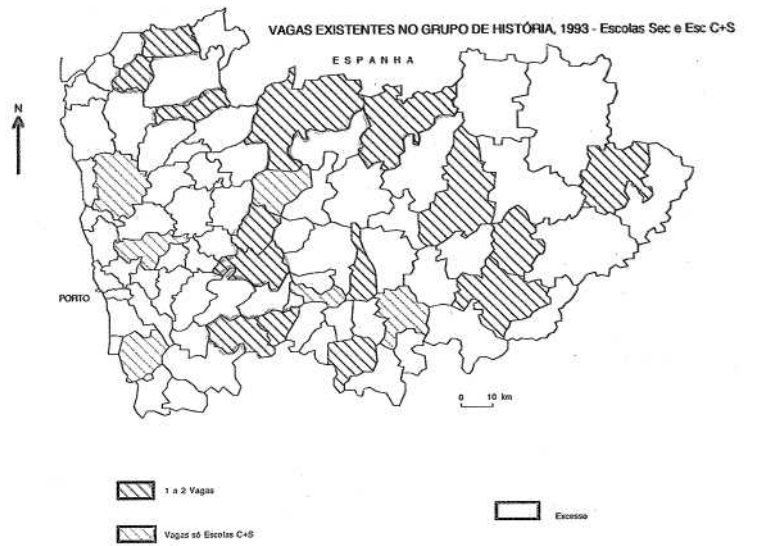
Fonte: Listagens fornecidas pelos 5 Centros de Área Educativa da DREN, Dezembro, 1993

Fig. 31 — Relação entre o Quadro-legal e as vagas a abrir em História e Geografia nas Escolas de E. Secundário — Região Norte, 1993



Fonte: Dados, fornecidos pelo DREN, 1993

Fig. 32

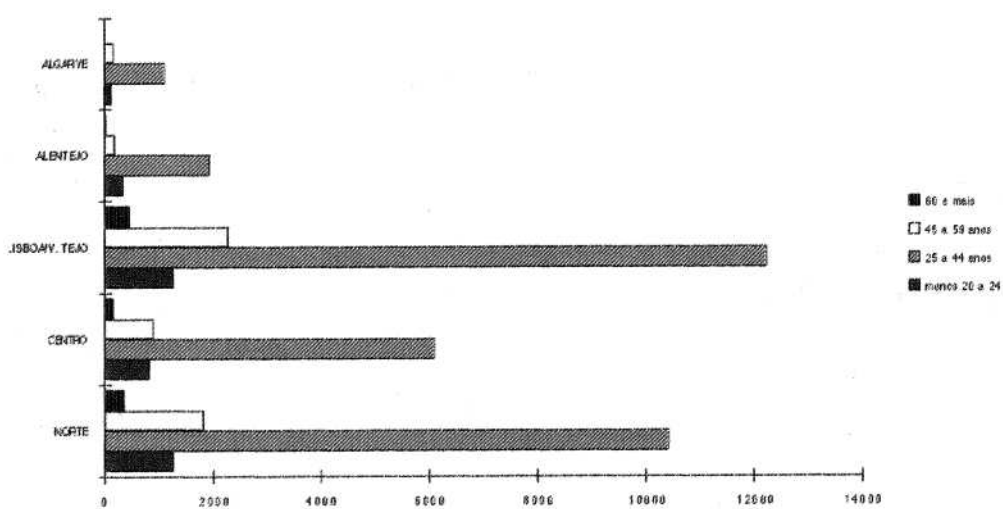


Fonte: Dados fornecidos pelo DREN, 1993

Fig. 33

Acontece, porém, que a este diagnóstico deve associar-se um outro indicador, não menos importante para o entendimento desta problemática. Referimo-nos à idade dos actuais docentes do Ensino Unificado e Complementar<sup>12</sup>. É absolutamente necessário recordar que a realidade estatística dá um domínio esmagador aos docentes dos grupos etários entre os 25 e os 44 anos (Fig. 34). Ora o peso deste indicador é, quiçá, o factor que vem tornar o problema da colocação de jovens licenciados ainda mais preocupante, pois a grande maioria dos quadros à escala nacional estará preenchida, peio menos, até finais da primeira década do século XXI.

Em suma, o Ramo Educacional é uma realidade indiscutível na estrutura funcional da FLUP, mas terá que ser profundamente repensado. Contudo, essa futura planificação



Fonte: Estatística da Educação, Lisboa, INE, 1993

Fig. 34 — Docentes do Ensino Unificado e Complementar por grupos etários e por regiões Portugal Continental.— 1992

<sup>12</sup> Estatística de Educação, Lisboa, ÍNE, 1992.



deveria, segundo a nossa opinião, não só responder à vertente da profissionalização de jovens licenciados, mas também assumir uma função de actualização de conhecimentos dos actuais docentes do Ensino Secundário.

### **3 - A Faculdade de Letras perante o desafio do século XXI**

#### 3.1 - Recursos humanos e sua qualificação - Aspecto central da estratégia de desenvolvimento

No documento *Opções e Estratégicas* afirma-se «... o Ensino Universitário é considerado de vital importância, quer para o processo de diversificação produtivo para a nova actividade, quer para o alargamento da base tecnológica da inovação empresarial». Neste mesmo documento há alusão à necessidade de uma maior relevância da «...investigação em Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente apoiando o conhecimento e valorização do património histórico-cultural e a valorização da Língua Portuguesa; desenvolvendo as interfaces com as áreas tecnológicas, em apoio às indústrias culturais»<sup>13</sup>.

Este texto vem reforçar a Lei de Base do Sistema Educativo, em que se afirma que o Ensino Superior deve:

1.º — «...estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo»;

2.º — «...formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais»;

3.º — «...continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural» ( Art.º 11).

---

<sup>13</sup> *Opções Estratégicas*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Maio, 1993

Assim, qualquer que seja o modelo de desenvolvimento a adoptar pela FLUP, deve incorporar uma maior exigência na Formação Universitária (Fig. 35).

Talvez seja pertinente reconhecer que esse modelo exige um concurso de circunstâncias sérias e, provavelmente, de grande amplitude.

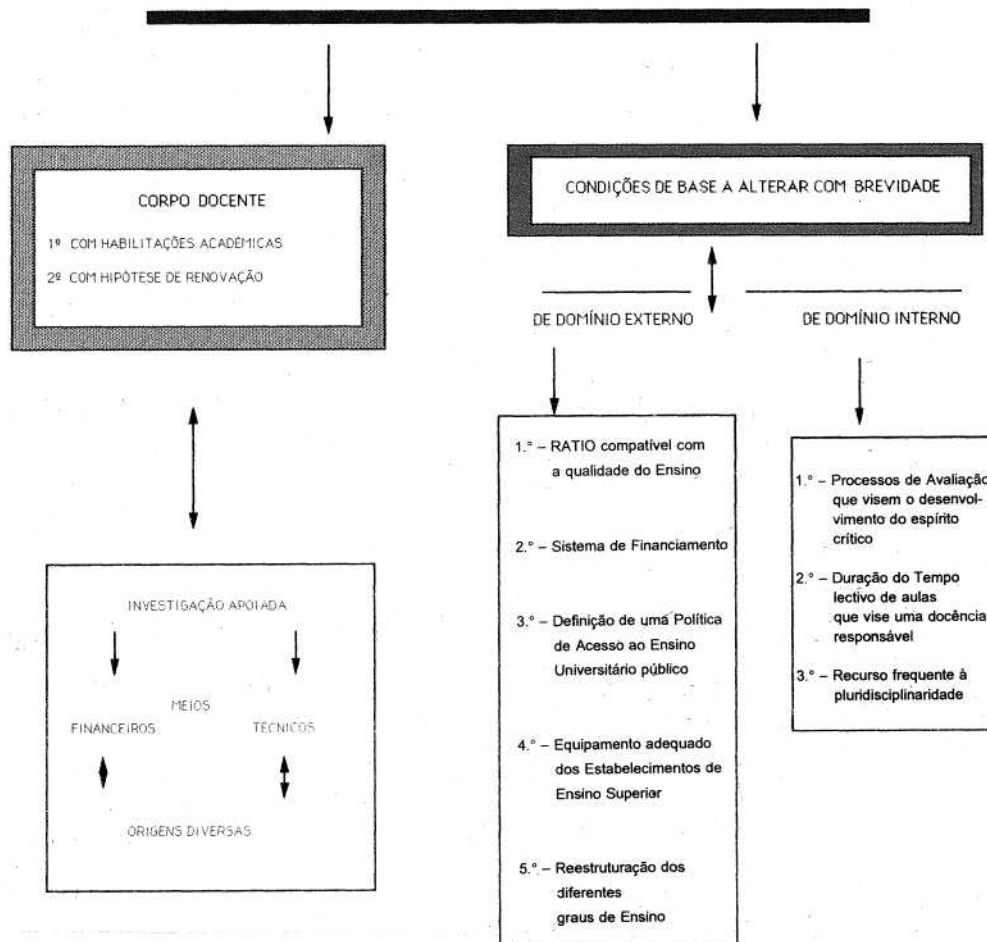


Fig. 35

### 3.2 — Proposta de modelo para a obtenção de graus académicos e habilitações profissionais

Segundo a nossa opinião, o ensino na FLUP terá que responder aos desafios da concorrência através da qualificação exigida na obtenção de qualquer grau, sem nunca ignorar os desafios internos e externos. Em relação a este último aspecto, há que criar estruturas que respondam, por exemplo, ao intercâmbio de docentes e discentes entre os países membros da UE, os domínios de língua portuguesa, etc.

#### 3.2.1 — *Planos de estudo*

A experiência recolhida durante as duas últimas décadas deve contribuir para o repensar da próxima reestruturação. A preocupação deverá, logicamente, visar sempre a qualidade do nível académico. Só assim o candidato poderá obter uma boa habilitação profissional e responder às tensões da concorrência no mercado de emprego, quer nacional, quer estrangeiro.

Neste tipo de Modelo a Formação Contínua e os Cursos de Pós-Graduação constituirão, sem dúvida, um dos pilares para a abertura da FLUP ao exterior ( Figs. 36 e 37).

#### 3.2.2 — *A Progressão da Carreira Universitária*

Creemos que é necessário ponderar bem quando se fala de Política Educativa e de Sistemas de Financiamento no Ensino Superior Público.

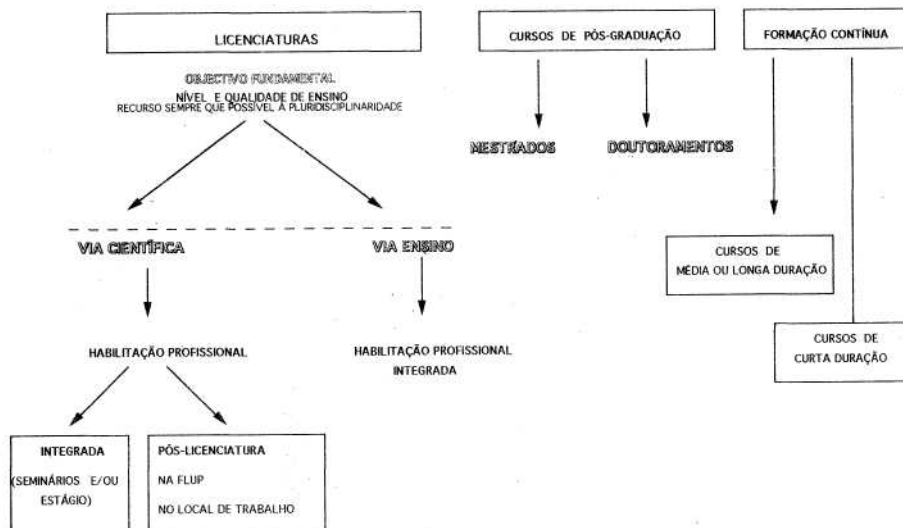


Fig. 36 — Proposta de modelos para obtenção de graus académicos e habilitações profissionais (FLUP, 1995/2000)

Ora, como sabemos as Políticas não podem ser coisas imutáveis ou eternas. Não são quadros constituídos para a eternidade.

Admitimos que a actual política de congelamento dos quadros é um simples e brevíssimo momento ligado a uma conjuntura particular e instantânea, pois não se admite o envelhecimento do quadro docente universitário (Fig. 38). Exige-se, antes, a sua imediata revitalização, visto que assim será possível dar o salto qualitativo exigido aos docentes/ /investigadores universitários. Contudo, tal finalidade impõe, como imperativo, que a política de progressão na Carreira Universitária seja repensada por forma a estimular a investigação e a consequente fixação de jovens investigadores. Se não for ultrapassada a curto

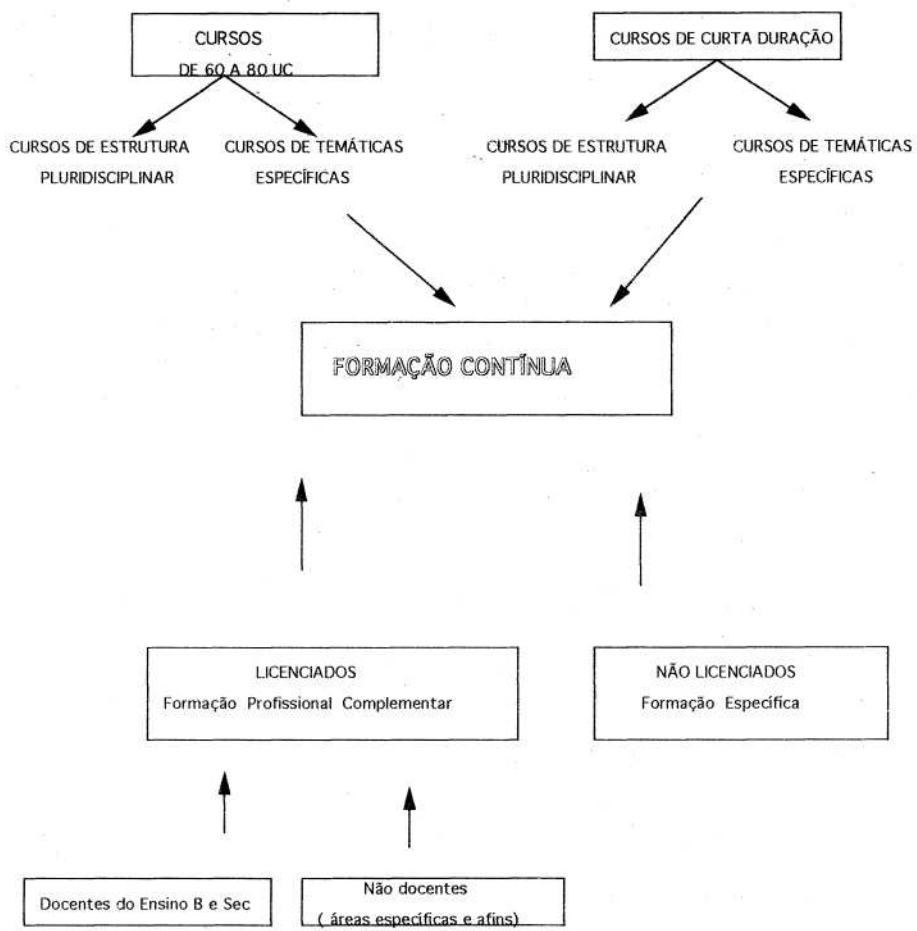


Fig. 37 — O interesse em incrementar a formação contínua no P.D. da FLUP

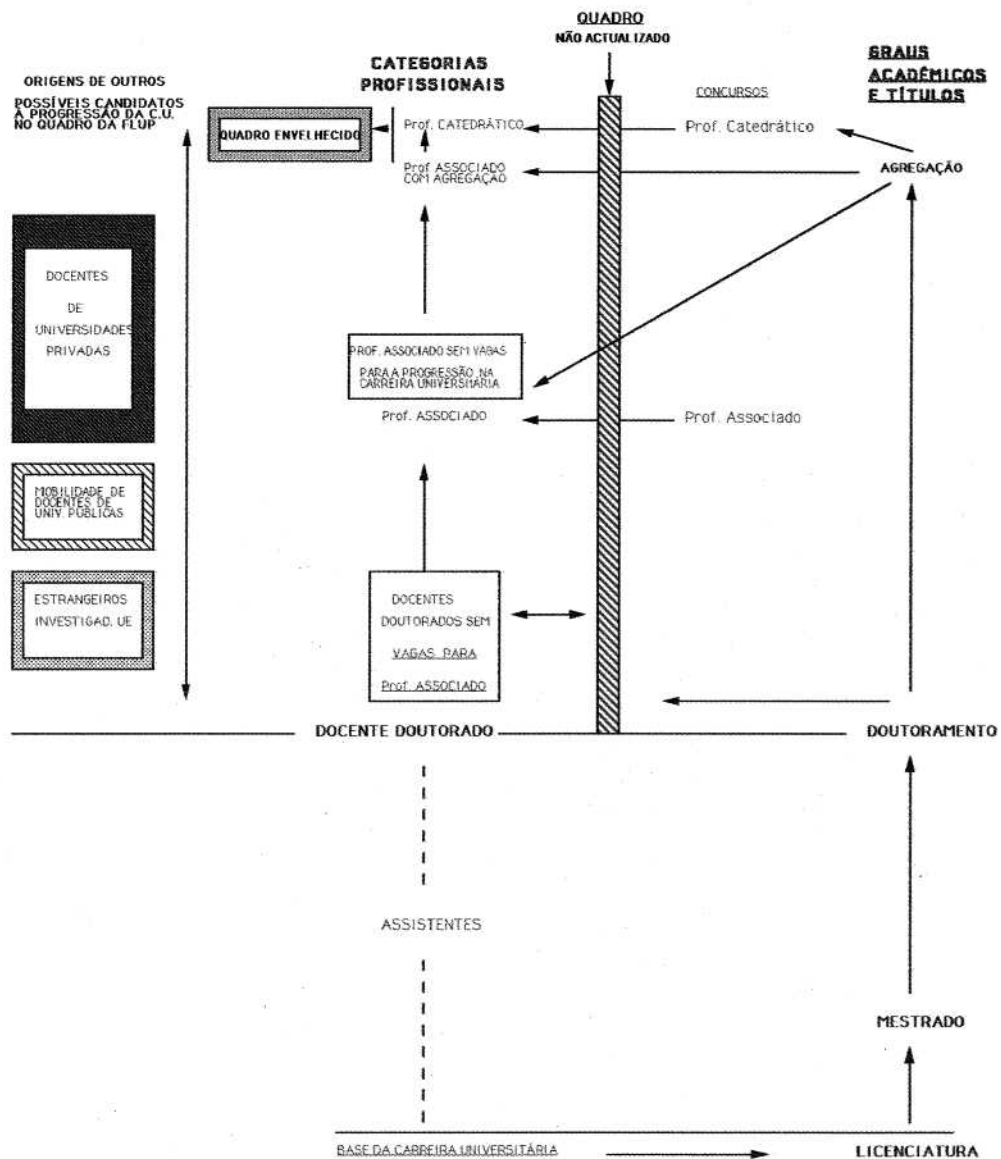


Fig. 38 — Progressão da carreira docente — Faculdade de Letras do Porto

prazo a actual crise no Ensino Superior Público, afigura-se-nos polémica e duvidosa a progressão da carreira dos actuais jovens investigadores na área das Ciências Sociais e Humanas.

Em síntese:

A concorrência para a progressão dos Doutorados na Carreira Universitária não pode ser um incentivo à investigação rápida e frágil. Por isso, para obviar à ausência de uma política de apoio à investigação, há que encontrar recursos alternativos, entre os quais entidades públicas e/ou privadas exteriores ao meio académico. Os resultados obtidos não só continuarão a reflectir uma elevada qualidade, mas também a sua divulgação será um estímulo e uma participação activa dos investigadores da FLUP na vida social.

Estamos, pois, a pensar numa profunda remodelação do actual esquema de investigação. Há que admitir, para tal, o recurso a equipas pluridisciplinares nacionais e, sempre que possível e oportuno, de escala internacional.

Deixamos aqui propostas de modelos apoiados na leitura das realidades. Esperamos que elas sejam entendidas como uma contribuição para a análise da actual realidade do Ensino Universitário e dos meios motivadores da sua urgente renovação.

Porto, Fevereiro de 1994





